

DEPOSITO LEGAL
-9. MAI 1974
LISBOA-1

(415) AVENÇA

Biblioteca Municipal Central



SEMANÁRIO — 25 de Abril a 1 de Maio, 1974 — IV série n.º 2247
PREÇO: MADEIRA 4\$00 — CONTINENTE e AÇORES 5\$00
director e proprietário: João Carlos da Veiga Pestana □
red. e adm.: rua do Carmo, 23-2.º — Funchal - Madeira — Tel. 2 88 33
composição e impressão: Tipografia Minerva, rua dos Netos, 20

comércio do funchal

OS ARMADORES O GASÓLEO E OS PESCADORES



OPERÁRIOS VIDREIROS FALAM AO CF

UM ALOJAMENTO MARGINAL (2)





CHAMPALIMAUD EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE

O grupo Champalimaud pretende estabelecer e formar em Angola e Moçambique uma frota de navegação de longo curso que seria em princípio constituída por 10 navios com a capacidade total de 300.000 toneladas, sendo os mais pequenos de 12.500.

Segundo o industrial e financeiro António Champalimaud, que requereu em seu nome a necessária autorização ao Ministro da Marinha, o objectivo da frota seria servir o comércio e indústria daqueles dois territórios.

Entretanto, o Banco Pinto & Sotto-Mayor integrado do mesmo grupo pretende instalar em Angola e Moçambique dois bancos de investimentos, um em cada território, tendo já pedido, tam-

bém, as correspondentes autorizações.

Para a instalação do «Banco de Investimento Sotto-Mayor de Angola» com um capital proposto de 500 mil contos, parte do qual objecto de subscrição pública, aquela instituição de crédito afirma contar com o apoio e colaboração do Megril Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporate.

Por sua vez o estabelecimento de crédito a criar em Moçambique que disporá de um capital social de 300 mil contos — actualmente o grupo Champalimaud tem investidos neste território cerca de 4 milhões de contos.

Por outro lado, segundo informa o último «Expresso», a «SEISA» Sociedade de Estudos e Investimentos na Indústria e no Turismo — que é controlada por aquele grupo — pediu autorização para instalar na zona de influência de Cabora Bassa um complexo fabril destinado a produzir 250 mil e 50 mil toneladas, por ano, de alumina e alumínio, respectivamente, aproveitando as potencialidades energéticas existentes e os jazigos de bauxite que se diz existir no Malawi. O «Expresso» assinala ainda que o governo deste país estará interessado em associar-se a este projecto.

COMUNICADO

No comunicado mensal referente a Março e distribuído em Luanda a 15 do corrente o Comando-Chefe das Forças Armadas de Angola refere que as baixas sofridas pelas nossas forças totalizaram 12 mortos e 20 feridos».

JUNTAS MÉDICAS E PRODUTIVIDADE DAS EMPRESAS

Mais um documento para o processo do trabalho em Portugal. De acordo com um despacho exarado pelo ministro das Corporações e Segurança Social, dr. Silva Pinto vão passar a funcionar nos postos clínicos das Caixas de Previdência juntas médicas que terão como missão a intensificação da fiscalização domiciliária das «baixas por doença».

A decisão prevê a constituição de juntas permanentes que funcionarão, para já, em Lisboa, Porto, Coimbra e Setúbal e provavelmente, mais tarde, em localidades onde se considerarem de utilidade. Haverá igualmente juntas itinerantes que cobrirão as áreas de jurisdição das unidades

médico-sociais, onde, por falta de clínicos, não seja possível aplicar o despacho.

No diploma afirma-se que a medida visa, nomeadamente, reduzir os «efeitos perniciosos na produtividade das empresas» das faltas ao trabalho que os «casos de concessão indevida de baixa e de numerosas situações de doença simulada» têm originado.

PROIBIÇÃO

Em Lagos o comissário federal do Comércio anunciou que a Nigéria vai proibir a importação de produtos portugueses. O governo nigeriano já aplicou idêntica medida relativamente aos produtos da África do Sul, da Rodésia e da Namíbia (Sudoeste Africano).

PRISIONEIRO

Em Brazzaville um informador do M.P.L.A. anunciou que vão ser apresentados aos jornalistas, prisioneiros portugueses militares e civis capturados em Cabinda. Entretanto, segundo esclarecimento prestado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e publicado na imprensa diária lisboeta, foram raptados em fins de Março último na região de Cabinda um administrador de posto, o adjunto do Comando de Sector de Milícias da O.P.U.D.C.A., um cipalo e um voluntário das milícias, que teriam sido capturados por elementos daquele movimento nacionalista angolano.

ESTRANGEIROS DE DENTRO E ESTRANGEIROS DE FORA

Passagens do discurso do Ministro do Interior Dr. Moreira Baptista na cerimónia de posse do novo Governador Civil do Porto Dr. Mário Valente Leal:

«Fui, no Porto, escolar em um dos seus liceus onde aprendi as disciplinas dos dois anos que precederam a minha entrada na Universidade. Era um momento da vida nacional politicamente muito agitado.

Os espíritos andavam perturbados, as propagandas desenfreadas, e os conluios e conspirações faziam-se e desfaziam-se ao sabor das manobras dos que ambicionavam travar o passo ao ressurgimento nacional que, então, se iniciava. Foi na altura

em que, na Madeira, eclodiu uma intencional que marcaria o fim do aventureirismo de uns quantos que, por essas épocas, tentavam usar as forças armadas procurando fazê-las intervir em dissidências da política que nada tinha a ver com os autênticos interesses da Nação».

«Levei daqui o respeito pelo «burguês portuense» e quando, pela vida fora, tenho ouvido e lido ridicularizar a burguesia, atacar a burguesia, tentar transformá-la numa espécie de símbolo de uma sociedade morta, por inteligência e sentimento, sinto que o que se pretende destruir é o equilíbrio social que resulta dos valores morais respeitados pelos bons burgueses desta cidade».

«Está também muito em voga constituir líbello de acusação política aquilo que é designado por conservadorismo. Pretende-se, em jeito de caricatura e através das artes publicitárias de certas tendências políticas, definir o conservador como um sujeito imobilizado, avesso ao progresso social, desagradado com o avanço tecnológico, fechado em prerrogativas, anquilosado nas ideias, quase amorfo, especimen, afinal, condenado ao desaparecimento, sem glória, nem honra, perante o despertar impetuoso das novas ideias, da cidade nova, da nova ordem, da revolução das massas ou da revolução cultural.

Sem desejar alongar o esforço dialéctico que será desajustado a este momento, gostaria de dizer que o conservador é, fundamentalmente, o que deseja manter o que vale a pena, sem voltar as costas ao que o progresso de qualquer natureza possa trazer de útil e oportuno, é o que não se deixa embalar em quimeras, nem adere às doutrinas da contestação e da anarquia, só para aparentar actualização com os últimos figurinos lançados no mercado pelos ideocratas, ao sabor de caprichos insensatos e destruidores».

«Claro que muitas destas coisas nem todos as entenderão: os estrangeiros de dentro e os estrangeiros de fora, como sucede agora com tanta insistência com certas vozes que falam português em estação da rádio inglesa, preocupada em dizer-nos todos os dias o que se passa na nossa terra, indiferentes a que verificamos — diariamente também a mentira das suas informações. Mas preocupados em criar uma

cf ASSINATURAS

Madeira mensal:	12\$50
3 meses	37\$50
6 meses	70\$00
1 ano	130\$00

Continente e Açores:

(via normal) (avião)	
3 meses	52\$50
6 meses	90\$00 100\$00
1 ano	160\$00 180\$00
	avulso — 5\$00

Ultramar:

(avião)	
6 meses	150\$00
1 ano	280\$00
	avulso — 7\$50

Estrangeiro:

(Europa) (F/Eur.)	
Avião	
6 meses	160\$00 220\$00
	avulso — 7\$50 (Paris)

O pagamento deverá ser feito no início da assinatura.

rede de intrigas, de boatos, comandando essa actividade intensa à de outros que, em jornais espalhados por esse mundo, dão execução às ordens que receberam para nos atacarem e conseguirem a nossa destruição».

NOTA DA DGS

Nota divulgada pela Direcção-Geral de Segurança: «Desde o início do corrente mês, mas com maior intensidade nos últimos dias, tem-se verificado, por parte das várias organizações comunistas, uma grande actividade na difusão de panfletos e outras acções de propaganda, através das quais se incita a acções revolucionárias no 1.º de Maio.

Ataca-se, ao mesmo tempo, o esforço da Nação em defesa dos territórios portugueses no Ultramar e faz-se a defesa das organizações terroristas que nos atacam e dos métodos que empregam, com os quais criminosamente se solidarizam.

Com base nas averiguações feitas, foram detidos em Lisboa 15 indivíduos e 15 no Porto, especialmente ligados aos «sectores de informação e divulgação» daquelas organizações, alguns dos quais estão de há muito referenciados como seus orientadores activos.

As averiguações conduziram a apurar que era nas oficinas do semanário «Notícias da Amadora» que se imprimia muito do material subversivo, tendo nelas sido apreendidos largos milhares de exemplares de panfletos revolucionários».

GOVERNO DIFÍCIL

O governador-geral de Moçambique dirigindo-se ao novo governador da Beira:

«Não occulto ao sr. comandante Guerra Corujo que vai ocupar um dos mais difíceis governos de distrito neste Estado. Ai, não tem apenas de preservar da subversão as populações não atingidas. Tem também de eliminar alguns focos ainda existentes e fazê-lo de forma radical e definitiva».

REPÚBLICA PEDE «POLICIAMENTO EFICAZ»

A 12 do corrente o «democrático» República publicou uma notícia intitulada «Os capitães da areia em Alvalade» que por ser profundamente sintomática

de uma certa posição transcrevemos:

«O que se passa em certas zonas de Alvalade é absolutamente insuportável. Ali operam autênticos bandos de «Capitães da Areia», deixando pelas destruições que causam e linguagem soés com que tratam os moradores e moradoras das casas e quintais que assaltam, a perder de vista quanto Jorge Amado descreveu na sua Baía.

«Já por mais de uma vez chamamos a atenção de quem de direito para o caso da falta de policiamento em determinadas ruas, como, por exemplo, na Rua Conde de Ficalho e na Rua Prof. Veiga Beirão, paralelas à Av. D. Rodrigo da Cunha.

«Os assaltos aos quintais fazem-se na presença dos moradores, com insultos para as donas de casa e apedrejamento de crianças. Árvores, flores, qualquer hortaliza, são destruídos sem outra intenção que a de destruir, e as vedações, mesmo de arame farpado são destruídas.

«O carro da Polícia passa, a garotada foge, para voltar aos ataques, aos insultos e apedrejamento de senhoras e crianças.

«Não será possível um policiamento eficaz?»

INFLAÇÃO

No seu boletim informativo a OCDE refere que durante um período de 12 meses, que terminou em Fevereiro, a inflação duplicou em 17 dos 24 países que fazem parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Europeus.

A média de aumento nos países da Organização foi de 12 por cento. Portugal com 19,3 por cento surge em 4.º lugar na lista desse movimento inflacionário como se pode ver pelo seguinte quadro: «Grécia, 33,4 por cento; Islândia, 32,2; Japão, 26,3; Portugal, 19,3; Turquia, 19,2; Finlândia, 17,4; Espanha, 14,2; Dinamarca e Irlanda, 13,5; Austrália, Itália e Grã-Bretanha, 13,2; França, 11,5; Nova Zelândia e Suécia, 10,2; Estados Unidos e Suíça, 10; Canadá, 9,6; Noruega, 8,8; Holanda, 8,5; Austria, 8,4; Bélgica e Luxemburgo 8,3, e Alemanha, 7,6».

COMUNICADOS

Relação dos comunicados do Serviço de Informação Pública das Forças Armadas publicados

na imprensa lisboeta no período de 15 a 23 do corrente:

15/4 — «O Serviço de Informação Pública das Forças Armadas comunica que morreram em combate os seguintes militares: na provincia da Guiné, o soldado do R.P. Alfredo da Silva, natural de São José (Bissorá), filho de Mone Intchama e de Irqueca Imbana; no Estado de Angola, os soldados João Francisco Gonçalves Branco, natural de Baixo, (Ponta do Sol), filho de João Aguiar Branco e de Antónia Gonçalves Encarnação; Cesário Martins Horta, natural de Salir, (Loulé), filho de José da Palma Horta e de Maria José Martins, e casado com Maria Jesus Santos; Arlindo Ferreira Lima da Costa, natural de Santa Luzia (Funchal), filho de José Leonardo da Costa, já falecido e de Gabriela Ferreira de Lima; e José Avelino de Abreu, natural de Ribeiro Real (Câmara de Lobos), filho de João de Abreu; e, no Estado de Moçambique, o soldado Carlos Alberto Ferreira Raposo, natural de São Miguel (Ribeira Grande), filho de José Raposo Vieira e de Maria José Ferreira».

18/4 — «O Serviço de Informação Pública das Forças Armadas comunica que morreram em combate os seguintes militares: no Estado de Moçambique, o soldado R.E. n.º 706436/69, Alício Amade, natural de Nacala, filho de Amade e de Acina Muquipo; soldado n.º 762005/70, Irenos Fitola, natural de Nelama, filho de Fitola e de Helena; no Estado de Angola, o primeiro-cabo R.E. numero 610812/68, Joaquim António Afonso, natural de Ganda, filho de Afonso e de Luísa; e na provincia da Guiné, o soldado R.P. n.º 822499/73, Fajo Fati, natural de Fulacunda, filho de Baen Fati e de Quinta Danfa».

23/4 — «O serviço de Informação Pública das Forças Armadas comunica que morreram em combate os seguintes militares: na provincia da Guiné, o soldado n.º 143422/72, Augusto de Jesus Abreu, natural de Agria Grande, concelho de Figueiró dos Vinhos, filho de João da Silva Abreu e de Alda de Jesus e o soldado milícia n.º 148171, Ialá Sisse, natural de Santa Isabel, concelho de Cabu, filho de Jarga Sisse e de Tai Cante; no estado de Moçambique, o furriel graduado n.º 028922/72, Amadeu Francisco, natural de Covelo de Paiva, concelho de Castro Daire, filho de Valentim Francisco e de Maria Anjos, e o soldado n.º 053219/72, Artur Gomes de Faria, natural de

Calendário, concelho de V. N. de Famalicão, filho de Maria Przeres Faria Araújo».

SALDO NEGATIVO

De acordo com um telegrama da ANI a balança de pagamentos de Moçambique registou no mês de Fevereiro passado um saldo negativo de 125.326 contos. Este saldo negativo é superior em 108.068 contos ao verificado em Janeiro.

Em Fevereiro, apenas o grupo dos invisíveis correntes apresentou saldo positivo (297.600 contos). Os grupos de mercadorias e de operações de capitais tiveram saldos negativos, respectivamente, de 303.995 e 118.931 contos.

ORÇAMENTOS

Somam 167.986.400 escudos os orçamentos para 1974 dos onze distritos de Moçambique. O maior orçamento foi atribuído ao distrito setentrional de Cabo Delgado no total de 20.491 contos, cabendo o menor ao de Gaza, no Sul, com 10.343 contos. Para Lourenço Marques a verba prevista é de 13.600 contos.

ALMOÇO

No passado sábado no Palácio Nacional de Belém almoçaram com o Presidente da República as seguintes entidades:

«Presidente do Conselho de Ministros, presidentes da Assembleia Nacional, da Câmara Corporativa e do Supremo Tribunal de Justiça, ministros da Defesa Nacional, de Estado adjunto do Presidente do Conselho, do Interior, da Justiça e das Finanças e Coordenação Económica, procurador-geral da República, conselheiros de Estado dr. Albino dos Reis, prof. Costa Leite (Lumbrães) e dr. Luis Súpico Pinto; chanceler das Ordens do Mérito Civil, prof. Leite Pinto; governador civil do distrito e presidente da Câmara Municipal de Lisboa, deputado contra-almirante Henrique Tenreiro; eng. José Frederico Ulrich; chefe do gabinete do Presidente do Conselho, dr. Quesada Pastor; secretário-geral da Presidência da República, dr. Luis Pereira Coutinho; chefe da Casa Militar, general Humberto Pais, e o ajudante de campo, comandante Carlos Benvindo da Fonseca; e o oficial comandante da guarda ao Palácio».

Indústria Vidreira:

falam
operários



da Marinha Grande

O «Anuário Estatístico» para 1968 aponta um número aproximado de 10.500 trabalhadores ocupados na indústria vidreira (fusão e indústrias anexas ou complementares do vidro). O coração desta indústria encontra-se no distrito de Leiria, mais propriamente na Marinha Grande. «Existem na Marinha 9 ou 10 fábricas em laboração. Ao todo há aí umas 14, mas as outras

estão paradas». Região industrializada de alguma importância, uma concentração proletária de algumas dezenas de milhar, toda esta faixa de Pataias a Vieira: os telhais de S. Jorge, os cimentos em Pataias e Macieira, os plásticos em Leiria, os metalúrgicos em Vieira, os vidros na Marinha Grande. Eis os principais polos.

A população laboriosa possui tradições e pergaminhos. Foi aqui, nas épocas «doiradas» da República Democrática que se puseram os primeiros problemas do emprego de mão-de-obra estrangeira em detrimento da nacional. Foi aqui também que nos anos 30 deste século a nacionalização dos sindicatos ganhou maior destaque, mercê das vicissitudes de que se revestiu. O recente contrato colectivo de trabalho para a indústria vidreira chamou uma vez mais a atenção para a Marinha Grande. Os problemas de trabalho são aqui muitos e diversos. Os operários analisam alguns dos que mais directamente os afectam:

«A classe vidreira esqueceu-se...»

— Um vidreiro não se cria. Um doutor precisa de estudar, tirar o 7.º ano, e depois mais 2 anos, a universidade e mais essa coisa toda, para se formar. Pois o vidreiro é a mesma coisa. O vidreiro, se for um homem com 20 anos para a fábrica do vidro, sai um burro e nunca chega a ser vidreiro. Tem que ir de pequeno. Lá estão os tais vidreiros da Marinha Grande que os pais levavam ao colo para as fábricas em lugar de os levar para a escola. E lá os iam buscar porque eles até tinham

medo de sair da fábrica. A escola deles era essa. Hoje, a escola é mesmo escola. Portanto, para um vidreiro sair oficial é preciso anos e muitos. E assim como há bons doutores, e há bons advogados, também há bons vidreiros e maus vidreiros. O vidreiro tem que ter queda para a coisa e gosto pela arte.

A fala deste operário introduz-nos no mundo dos trabalhadores do vidro. A concentração da indústria nesta região facilitou a sua coesão: daí que, mercê de graduais melhorias consecutivas viesse a ascender a um escalão de elite. Durante longos anos. Até bem recentemente.

— Nesta profissão, aqui há uns anos, até se dizia que enquanto houver um vidreiro por casar, mais nenhum homem casa. Eram os vidreiros que casavam porque era a profissão que tinha uns salários razoáveis nessa altura. Há 30, há 20 anos. Hoje a classe vidreira está esquecida, esqueceu-se e qualquer profissão tem o ordenado que o vidreiro têm.

— A profissão vidreira em relação às outras profissões está mal paga. Porque para se fazer um oficial vidreiro é preciso perto de 30 anos de trabalho. Enquanto que nas outras profissões está uma dúzia

de anos... Ora, numa dúzia de anos não pode, porque não consegue, ser um bom oficial. Porque por muita vontade que ele tenha, por muita vocação para o vidro, não consegue.

— E na arte do vidro ainda há as suas vedetas. Há aqueles que são uns «pélés», uns «eusébios». Encontram-se em milhares de operários, dois ou três que se destacam. Os anos é que fazem o artista.

— Eu, por exemplo, entrei para o vidro tinha aí os meus 12 anos. Só aos 42 é que conseguí o posto máximo no vidro. Aquilo tem que se andar um ror de anos para fechar o molde; e depois, passa, pode ser passado um ano, passado dois, a 6.º ajudante; de 6.º passa para 5.º; de 5.º para 4.º, e assim sucessivamente até 1.º. E depois é que é oficial. É uma vida inteira.

— E muitos morrem 1.º ajudantes; outros morrem segundos.

As tradições corporativas que reinam nesta indústria — reflexo dos processos semi-artesaniais que dominam — recuam perante o desenvolvimento das forças produtivas. Se a questão salarial domina a cena, o fundo da questão é a reconversão. Instala-se, em Portugal uma fábrica alemã cuja produção, segundo se diz, ultrapassa

rá o conjunto da produção nacional. Perguntámos:

● E se houvesse uma formação profissional seria necessário a longa aprendizagem?

— Bem, se houvesse uma formação profissional adiantava algum tempo.

«O vidreiro tem uma idade limitada»

As condições de trabalho. Dizem-nos:

— A maior empresa da Marinha Grande tem cerca de 700 operários. Tem 12 chuveiros para 700 pessoas. Tem 6 chuveiros para a secção de oficinas onde trabalham 50 pessoas e tem mais 6 chuveiros para onde trabalham 70 ou 80 pessoas. Estão a ver os que trabalham a esperar que os outros se lavem, ali a secar o suor no corpo.

● Vocês trabalham com grandes temperaturas?

— Na fábrica onde eu trabalho temos 7 fornos. Uma temperatura de 600°. Não corre praticamente ar de lado nenhum.

— O chão é em cimento e aquele calor aquece. Naqueles dias de verão, de calor, há operários que não suportam aquelas temperaturas e então desmalam. Alguns saem em braços. Chegamos a certo ponto que temos mesmo de parar o trabalho para apanhar ar fresco.

— Só a água nos salva. A gente bebe aí à média de 10 ou 12 litros de água por dia. O mínimo. Temos o estômago dilatado por causa da água.

— Na minha fábrica, quer dizer, na fábrica onde eu trabalhava, há uma coisa engraçada: para arrefecer aquele ambiente, temos umas ventoinhas voltadas para o nosso corpo; aquele ar bate no corpo e arrefece de um lado. E nós estamos a apanhar calor do outro. Daí o reumático...

— Aí uns 80% das pessoas que trabalham no vidro sofrem de reumático.

— Até mais...

— Eu até digo que o vidreiro até tem uma idade limitada.

— Veja, na fábrica onde este trabalha, tem o hélice da ventoinha, nos tornos, nas costas, com o diâmetro de 60 centímetros.

— Ah, a «Dámaso dos Santos» (Vieira de Leiria) tem as piores condições de trabalho...

— Eu trabalho com luvas. As luvas são minhas. Eu compro as luvas porque o patrão não mas dá. Tenho que trabalhar com elas. O calor é tanto que as gasta. As luvas que a gente tem dura-nos, vamos lá, uma semana. E cada par de luvas custa-nos vinte e tal escudos.

— Mas o serralheiro tem as luvas e não trabalha com o calor.

— Sim, o serralheiro tem-nas e acho muito bem que as tenha. O que eu acho mal é que não mas dêem, porque, eu também preciso delas.

— Estas mãos todas arreventadas é do calor. Enrija a pele e a pele estala e rebenta. A mão esquerda é que apanha mais

calor porque é a que vai mais dentro do forno.

— E as dificuldades de respiração. Aquelas poeiras que absorvemos. Estamos constantemente a absorver aquelas poeiras, substâncias químicas.

— O compositor tem que pôr um lenço na cara porque não tem máscara.

«Desde que as coisas desçam...»

Falar da indústria vidreira é lembrar um nome: «Covina», o grosso da produção nacional. Já não está instalada na Marinha. Aqui só as fábricas pequenas e médias, onde a produção se faz ainda como no século passado. Todavia, mais recentemente os capitais estrangeiros — alemães, franceses, ingleses — têm acorrido e investido neste sector.

A indústria vidreira vai associada a alguns nomes: no passado, o inglês Stephens. Mas temos outros: Santos Barosa, a família Galo, a família Dámaso. E Feteira («Covina», uma família lançada nas metalúrgicas, na banca, nos tapetes, etc.). Também o dr. Varela, candidato «democrata» nos períodos eleitorais. O patronato da indústria vidreira tem tradições na social-democracia: além do dr. Varela, de Lúcio Feteira, acorrem à mente outros nomes destacados nos anos 40: o nome de Godinho, de Farmhause. Ninguém melhor que os trabalhadores da indústria do vidro se apercebe da substância deste democratismo...

● Isso que se passou na «Roldão»: operários que chegam à indústria e se vão embora. É assim nas outras fábricas? Gente a entrar e a sair?

— Bem, não é assim tanto movimento. Eles acabam por chegar ali e, que dizer, o problema dos salários, o problema do trabalho, o problema do ambiente e automaticamente acaba por abandonar o serviço.

— Cria-se um ambiente bastante desagradável para os trabalhadores. Aquilo, mais ou menos no trabalho de garrafaria, nas empresas de garrafaria, embora consagrado pelo Contrato de Trabalho, é só na secção de forno semi-automático e manual que tem um trabalho contemplado pelo regime de trabalho à tarefa. Quer dizer, ele por aquela peça ganha X. Quantas mais peças fizerem, mais ganham. Na cristalaria não é bem o trabalho à peça, mas é um trabalho a prémio, o que é quase a mesma coisa. Fazem mil peças e têm um mínimo; se fizerem 1.300 pagam mais 300. Automaticamente aquilo não é bem um trabalho à peça mas vai lá parar.

● E os salários?

— Recebemos à quinquena...

— Olhe, enquanto o chicharro, que era o peixe mais baixo que a gente tínhamos, estava a seis o quillo, hoje no mercado já pediram a 18\$00/kg. O azeite está a subir da maneira que está. E mesmo baixíssimo

o ordenado para fazer frente ao custo de vida.

— Quê, o salário? Ele chega. Desde que as coisas desçam, chega muito bem. Ora vá o azeite para 22\$00 e o bacalhau para doze. E o vinho... A ver se não dá.

— E porquê estas grandes diferenças de ordenados? Não há duas bichas. Nós vamos ao supermercado ou qualquer coisa e não há duas bichas. Todos precisamos de ganhar o suficiente para nos dar para viver.

Abordámos a questão do contrato colectivo, então ainda na arbitragem.

— Houve reuniões no Grémio com a Federação dos Sindicatos. A Federação fez uma proposta de 100\$00 diários. Isto foi há dois anos. Actualmente eles já foram absorvidos pelo custo de vida.

— De maneira que a classe vidreira não queria aceitar os 15%. Nem os 20, nem os 30, nem os 40, e até nem os 50. O patronato desinteressou-se pelas negociações. Com o aumento de custo de vida tão elevado, tínhamos de nos defender.

— Depois já subiram algumas categorias para 70%, e em relação ao cristal 20 e 30%. Ora isso não chega.

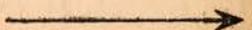
O contrato colectivo arbitrado, entretanto, trouxe uma subida salarial. Sabe-se, contudo, que nem por isso as questões postas pelos operários deixaram de ter actualidade.

O caso das empaляções

A propósito da contratação colectiva, vieram à baila as eleições no sindicato nacional e os problemas daí decorrentes. Também outro problema ligado ao vidro: o das empaляções.

— Há aí umas oficinas particulares. Quer dizer, as empresas vidreiras estão divididas em empresas produtoras, que são as que produzem o vidro, e as transformadoras que é aquelas oficinas que lapidam o vidro, acabamentos e aquela coisa toda. As oficinas estavam agregadas às empresas. Elas primeiro tinham as empaляções dentro das empresas. Para não terem aquela responsabilidade do pessoal, houve uns indivíduos, os intermediários, que fizeram umas oficinas aqui e ali. Esses intermediários iam buscar os garrafões à fábrica, empalhavam e depois iam vender novamente ao produtor. Quer dizer, estavam dependentes do produtor. Ora, quanto a mim, o que é que o produtor pensa? Vão acabar com o garrafão e substituir por cinco garrafas. Dava-lhes mais rendimento vender cinco garrafas do que vender um garrafão. Mas, por enquanto, levando esses garrafões para casa das pessoas não pagam à Caixa de Pervidência e sempre são mais uns cobres.

— Se esses intermediários estão dependentes de um produtor que só em 1972 teve 40 mil contos de lucro, como é que se diz que os intermediários não podem aguentar os aumentos ao pessoal? Ora,



se o produtor quiser apenas 35 mil contos automaticamente os intermediários trabalham todos.

—O problema passa-se assim: temos, por exemplo, um garrafão que paga 7\$00 ao intermediário. Ora, sai um contrato para as empalhadeiras que dá por exemplo mais 1\$50 por garrafão. Automaticamente tinham que pagar 8\$50. Mas o produtor diz: não, nós vamos pagar a 8\$00. Imediatamente a mulher fica prejudicada em \$50.

—E porque têm interesse em acabar com o garrafão.

—E assim, ou fecham as empalhadeiras ou põem as mulheres em casa a empalhar. Fogem à Caixa de Previdência, fogem aos encargos. Esses \$50 são os encargos.

● Mas não houve uma tentativa de arrancar as empalhadeiras ao Sindicato Nacional dos Vidreiros?

—A tentativa era arrancar as empalhadeiras ao sindicato dos vidreiros porque como eram intermediários, não estavam gremiados. Porque quem negociava o contrato de trabalho era a indústria produtora. Os intermediários tinham que se limitar ao que os produtores dissessem. Daí que quisessem passar as empalhadeiras para os madeiros, que aceitariam por agora os salários que estavam. Sabiam que o contrato das madeiras daqui a 10 anos seria o que é hoje. Mas caíam na ilegalidade. Como não tinham grémio, os intermediários podiam ir para o Grémio da madeira. O que não podiam era tirar as empalhadeiras do sindicato dos vidros.

—Agora vão buscar os garrafões às indústrias produtoras, depois vão levar a casa desta e daquela. Ora se até agora não podia pagar concentrando a empalhação aqui, como é que podem pagar levando-a aqui e ali?

—Claro que antigamente as empalhadeiras eram mesmo nas fábricas; ainda há empresas onde não se desfizeram das empalhadeiras. Na Fontela, e na Galo ainda há a empalhação dentro da fábrica. Na Dámaso dos Santos, na Vieira, ainda há.

—Como chegaram à conclusão de acabar com aquilo, passaram umas à reforma, outras... Só em Pataias há 600 empalhadeiras sem trabalho. Há perto de 2.000 empalhadeiras na indústria vidreira: na Marinha, no Amor, na Anadia, em Pataias. Em Pataias são 600.

Mesa-redonda conduzida por

A. SANTANA NUNES □

«Se não apanho...»

Os armadores, o gasóleo e os pescadores



Na indústria da pesca o número de trabalhadores é cada vez menor. Segundo o IV Plano de Fomento prevê-se para o período de 1973-79 uma taxa de crescimento neste sector de 3,5%, ainda superior, aliás, à verificada na década passada que foi de 3,9%. Ao mesmo tempo prevê-se uma taxa de crescimento da produtividade da ordem dos 4,3% (1). Assim, os processos de pesca tradicionais em que vigora uma técnica artesanal são incapazes de acompanhar as crescentes necessidades de mecanização e modernização dessas actividades tradicionais. A

«Sem trabalhar»

● Estão há muito sem ir ao mar?

—Há um mês que estou sem trabalhar, não ganho nada!

—Nós não vamos ao mar há mais de uma semana. Não ganhamos nada. Não temos trabalho, andamos à boa vida, passamos mal...

● Mas não vai mesmo ninguém ao mar?

—Quem continua a ir ao mar é a «Sereia» do Seixal.

—Só em barquitos pequenos estaremos em Fontainhas uns 2.500 camaradas sem ir ao mar. Como é que nós havemos de viver?

—Além disso, muitos dos que estão em terra também sofrem com isto.

Numa taberna junto ao mar, onde estavam alguns pescadores, o taberneiro disse-nos:

—Isto é geral. Tanto seja na pesca da sardinha como na pesca artesanal, ou seja na pesca do anzol, o caso é o mesmo. Só eles (Sereia) têm saído. Esses barcos têm saído. De ontem para hoje ainda saíram 4 ou 5. Parece que é o que eles têm em actividade.

● Mas desde há quanto tempo é que a coisa se arrasta?

—Esta situação? Esta situação, continua o taberneiro, andava já um bocadinho precária, mas mais se afectou, deixe lá ver, a partir do meio do ano para cá, foi quando tudo isto começou a subir assustadoramente. Porque até meio do ano passado, a coisa é claro, cai aqui, levanta-te acolá, e tal... mas agora é que tem sido a cair por todos os meios, de maneira que, é claro, mesmo nós aqui sentimos a diferença, a gente aqui quase que não faz nada.

«Um exemplo»

—A Junta Central da Casa dos Pescadores, de 1.000\$00 levou-nos 94\$00 para a Previdência. Andamos há 4 anos a descontar e ainda não temos caixa. Mais 35\$00 para a

Vendagem, mais 15\$00 para a Mútua, temos mais 1\$50 em caixa, mais não sei quê... veja lá como é que isto há-de dar. Com que é que ficamos? Quanto é que um camarada leva para casa?

Continua ainda o proprietário dum pequeno barco:

—Ando a semana inteira à pesca de rede. Se livrar 3.000\$00 pago em média 700\$00 de gasóleo; pago 3 garrafões de vinho — 175\$00; pão e mercearia. Que dinheiro é que pode ganhar a campanha (refere-se aos 3 companheiros da pesca) e o patrão (que, neste caso, é mestre e motorista).

—Esta vida de mar é muito medonha, o nosso ordenado não é certo.

Interesses diferentes

—Ainda há poucas horas estávamos ali a falar... mas que situação esta? — prossegue o taberneiro contando-nos o que houve na sua taberna — Então e agora? Não há dinheiro, como é que a gente consegue viver? A gente não pode estar parado... o armador não pode pôr o barco no mar — isto é demais!

● Mas o armador está em situação de aguentar isto?

—Olhe, essa resposta..., diz-nos um armador. Não pode até porque estão a vender os barcos. Só não vende aquele que... eu tenho a impressão que a maioria também vende; e vende muito barato, à volta duns 700 ou 850 contos.

● E quanto poderia custar esse barco?

—O quê, novo? — ainda o armador — ... isso é barco para 2 mil e tal contos, em novo claro — 2.500 contos e nada menos... Porque esses barcos que ela (Sereia) está a comprar por esse preço, já foram barcos que venderam por 1.300, 1.500 contos mesmo usados — são barcos que valem sempre o dobro do que ela está a dar.

● E a «Sereia» compra o barco com equipamento completo?



reconversão do sector exige a concentração e a centralização prévia do capital. «A Sereia em Fontainhas (Setúbal) comprou já 8 traineiras no espaço de um mês», dizem-nos. Mais uma empresa se vem juntar ao império da pesca já existente.

Apresenta-se a crise do petróleo, com as suas influências no preço do gasóleo, como uma das principais causas do que se passa no litoral português. Como nos diz um pescador «para os pequeno barcos o preço do

gasóleo é de 3\$07, para os grandes é 1\$20», ao que acrescenta um armador «ela (a Sereia) poderá estar a aproveitar-se da situação de crise, comprando os barcos nesta ocasião baratos que, se a pesca se normalizar, essas empresas subirão de valor».

Uns pescadores emigram, outros resistem: Matosinhos, Peniche, Sesimbra, Vila do Conde e tantos mais. CF esteve com os homens do mar em Setúbal (2), um caso como tantos outros, ao longo de todo o litoral.

É o armador quem esclarece:

—É tudo. Até exigem que o mesmo pessoal fique lá a trabalhar — porque eles pretendem comprar barcos que andem realmente a trabalhar... não querem ter problemas a andar à procura de pessoal e coisas assim.

—E a «Sereia» está a prejudicar os outros armadores — os homens estão parados, a «Sereia» comprou esses barcos e esses barcos navegam e outros não navegam por causa do preço do gasóleo.

—Os armadores querem que o preço do gasóleo seja mais barato.

● E não há uns problemas com o preço do peixe?

—Exactamente. Querem preço fixo.

O Grémio dos Armadores

—O Grémio está a tentar pedir um subsídio no gasóleo e a tentar fixar um preço mínimo e um máximo para o peixe, conta-nos o armador.

—Nós, os dos pequenos barcos, não temos muita razão de queixa do preço do peixe. O pior é o gasóleo. A «Sereia» é que ganha com um preço fixo para o peixe. Parece que eles têm uma fábrica de farinha, óleos e adubos lá para o Seixal.

● Se derem o subsídio para o gasóleo o problema fica resolvido?

—Não, isso não pode ficar resolvido. Isto terá de obedecer a uma estrutura: fixar um preço do peixe, arranjar armazéns frigoríficos para se guardar o peixe que há demasiado e que se põe fora, neste caso, para o guano, para a farinha de peixe, portanto, diz o armador contactado.

O taberneiro:

—«A indústria da pesca da sardinha aqui, praticamente os que não estão falidos estão quase falidos, e então os homens não podem manter as artes em funcionamento; e então, resultado, eles param porque não têm condições monetárias para aguentar a coisa. E, é claro, já se luta com falta de pescadores

porque a rapaziada nova já não vai para a pesca porque acha que a coisa não é rentável.

«Se não apanho, não ganho»

● Quais são os vossos salários?

—Posso ir ao mar e não ganhar nenhum. Se não apanhar nada, não ganho nenhum. Isto é uma coisa muito incerta, além dos perigos do mar. Por isso é que os marítimos estão a deixar o mar e vão para a estiva. Como é que se pode viver assim no país?

● O pescador não ganha...

—Exactamente.

—Além do pescador, sou eu, é aquele e vários..., acrescenta um carregador. Se eles não trazem pesca a gente não carrega. Se eles não apanham, a gente não ganha.

—Já andei 8 anos no bacalhau e a miséria é a que se vê. Tenho 4 filhos e tive que ir para a estiva para poder ganhar para eles comerem.

«Na estiva»

—Na estiva é conforme o trabalho. Em trabalhos apertados podemos trabalhar 24 horas a descarregar ou carregar barcos e ganharmos 875\$00.

—É mau, mas ainda é melhor do que o mar... Pelo menos, é mais certo.

—O pessoal ganha sempre uma percentagem, tem as suas partes — diz-nos o taberneiro — Não há ordenados, não há vencimentos, não há nada! Por exemplo, na pesca da sardinha, o ordenado oscila bastante... Se há muita pesca, um tipo pode chegar ao fim do mês e pode ganhar 3 ou 4 contos. Mas muitas vezes, ao chegar ao fim do ano, ao fim da safra, não sei o que é que eles podem auferir, não sei se chegará a 3 contos.

«Um caso estranho»

—Hoje cheguei com o peixe um pouco mais tarde, vendi 2.500\$00; fui para receber

a maré, não havia dinheiro, não pagam da parte da tarde. Deveria dar dinheiro aos camaradas e eles não quiseram, porque na segunda-feira faziam contas de tudo.

Dois dos 3 pescadores deste pequeno barco, adiantam:

—Há 15 dias que já não ia ao mar, não sei como será. Como é que havemos de comer?

—Ao sábado, a partir das 14 horas não pagam. Estamos há 15 dias sem trabalhar. Vamos o fim de semana ao mar, eles levam o peixe e não nos pagam. Como é que hei-de dar comer aos meus filhos?

Casa dos Pescadores e Previdência

● As contribuições para a Caixa de Previdência em quanto importa?

—Isso é igual, responde-nos o armador. Todo o pessoal tem o seu desconto normal como o pessoal de terra. E o patrão tem também o seu desconto.

● Mas o desconto não é fixo, é variável?

—Não. O nosso desconto, no nosso caso, é fixo, continua o armador. A pesca da sardinha é. Na outra pesca, na pesca artesanal é que realmente é conforme a venda. Na pesca da sardinha é tal e qual como em qualquer outra empresa. Descontamos 23% sobre os ordenados, nós não — nós e o pescador. Nós pagamos 17% e o pescador 6,5%. Eu creio que é igual em todas as empresas.

● Então, e se não se vai ao mar pagam-se à mesma essas contribuições?

—Não. Essas contribuições são pagas em função do ordenado que eles recebem mensalmente — isto diz o armador.

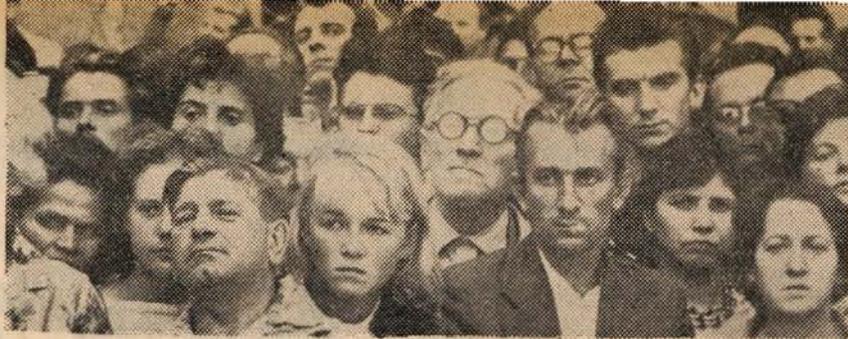
Os pescadores:

—Não podemos sair, não ganhamos. Como é que havemos de viver?

Qual é o número, mais ou menos, de pescadores aqui na zona?

Diz-nos o taberneiro:

— Bem, eu não posso precisar bem, não é?, uma coisa assim aérea, não é? Mas quê... isto deve andar à volta dos 6 ou 7 mil pescadores, não posso precisar bem. Se calhar ali na Capitania nunca mais lhe davam uns números certos.



«Isto está bom é para»

Quais são os donos da «Sereia»?

— A fábrica está no Seixal, precisa o armador. Esse senhor que aí está a tratar desse assunto dos barcos, pelo menos é do Algarve.

Está cá alguém de propósito?

— Está. Eu julgo que é o que orienta tudo isso. Agora os outros donos, se é uma companhia grande, que eu penso que sim, não sei ainda quem será. Isso mais tarde ou mais cedo se saberá.

— Isto está bom é para o «Rápido» (Mauel Augusto Tavares) e para os grandes.

— Um desses meteu um requerimento para variar pessoal para a «Torralta» num barco grande que é o «Rápido». Para isso, tapou ma doca que com um pequeno vendaval pode ser prejudicial para os pescadores, em caso de aflição.

— A vida de marítimo está muito má. Amará quem quiser o peixe que o vá apanhar.

ANIBAL MENDES
CAMILO NOGUEIRA □

(1) — Valores obtidos por ponderação dos dados do estudo preparatório com os do projeto para o IV Plano de Fomento.

(2) — Referiremos os entrevistados quando sua actividade não for a de pescador.

textos marginais

harry magdoff
paul a. baran
paul m. sweezy

teoria
e história
do capitalismo
monopolista

Distr. DINALIVRO
R. Convento de Jesus, 15 R/C LISBOA 2

«Uma coisa é ou não é»

De Carlos Santos recebemos o texto — contestando opiniões aqui expressas por Armando Barrosa — que a seguir publicamos acompanhado de uma posição diferente dos nossos colaboradores João A. Duarte e Manuel Pinto.

A pequena nota de Armando Barrosa publicada no vosso semanário com o título «Sindicatos de trabalhadores, trabalhadores de Sindicatos» tem a vantagem de mostrar com clareza a lógica e o fio condutor deste dito «sindicalista».

Na verdade, o raciocínio que expressa no artigo e que serve de suporte às suas reflexões não ultrapassa a lógica aristotélica e o princípio de que «uma coisa é ou não é».

Para o simplismo de Armando Barrosa todos os trabalhadores que vendem a sua força de trabalho têm o mesmo estatuto seja qual for o sítio em que o vendam.

Ora, em nosso entender, um sindicato representativo com direcção «verdadeiramente» eleita pelos trabalhadores pertence à classe, é de todos, pelo que o trabalho dos funcionários daquele e a consequente mais valia não reverte para um patrão, mas sim, para a colectividade daqueles trabalhadores.

Há uma certa diferença ou não há?

Por outro lado, a defesa intransigente, da não aplicação do despedimento sem justa causa não deve ser visto em termos abstractos.

Pergunto a Barrosa se não seria justo utilizar a arma legal do despedimento sem justa causa, num sindicato, contra um funcionário que, sabendo-se de antemão ser um provocador, não se encontrasse um pé para um despedimento com justa causa.

Será que o empirismo de Barrosa não o deixa ver mais longe? Será que defende os princípios no campo da abstracção (idealista) como D. Quixote contra os moinhos de vento?

Caro Barrosa, uma coisa é e pode deixar de o ser simultaneamente (é a dialéctica)!

É claro que a ignorância é atrevida mas não só. A posição de classe traduz-se no comportamento de uma vida de que é testemunho a continua recusa à tomada de posições consequentes.

É isto levaria-nos a perguntar por que é que certos senhores só aparecem no movimento sindical em épocas de fluxo e letargiam nas de refluxo?

Mas isso é outra história que não gostaríamos de chamar para aqui. O oportunismo e o refúgio no anarquismo tem causas bem fundas!

CARLOS DOS SANTOS □

A 'mais valia' a 'armadura legal' e a 'lógica não aristotélica' do Sr. Santos

De facto a ignorância é atrevida — neste ponto estamos de acordo com o Sr. Santos. Mas afastemos as sugestivas e impressionantes alusões filosóficas do nosso erudito leitor, e vejamos se há alguma coisa por trás da «lógica aristotélica», do «princípio de que a coisa é ou não é», da «abstracção idealista» e do «empirismo» contra que ele investe com a sua brilhante «dialéctica».

1. O Sr. Santos diz que num «sindicato representativo com Direcção «verdadeiramente» eleita pelos trabalhadores» a «consequente mais valia» produzida pelos funcionários daquele, «não reverte para o patrão mas sim para... a colectividade daqueles trabalhadores»!!! Nem mais nem menos!!! Portanto, neste ponto, temos a dizer-lhe que antes de aparecer envolto em grandes flores de retórica a dizer-nos

enormidades deste calibre, devia aprender, já não dizemos o abc destas coisas, mas, ao menos, o a ou o b. Sim porque esta de pôr os funcionários da secretaria dos sindicatos a... produzir mais valia é de cabo de esquadra. Ora, a ignorância pode ser azeviche, como o Sr. diz, mas tem limites!!!

2. Depois desta impressionante incursão pelo campo da economia política, e não contente com a calçada, o Sr. Santos aventura-se no campo da lógica não aristotélica e extrai uma não menos brilhante conclusão. Aprendam os leitores do CF: Se os funcionários dos sindicatos produzem mais valia e ela não é apropriada pelo patrão, então ela será necessariamente abarbatada pela... «colectividade dos trabalhadores da respectiva classe». Por outras palavras — o Sr. Santos revela-nos (pobres de espírito que nós somos!) que os trabalhadores representados por um sindicato **exploram** os funcionários da secretaria do «seu organismo», visto que, garante-nos o Sr. Santos, aqueles sacam a mais valia produzida por estes. Isto é mais do que uma simples calçada... Na realidade, esta de, por exemplo, os trabalhadores da secretaria do Sindicato dos Bancários (os que não foram despedidos, claro) produzirem mais valia e de os trabalhadores bancários a meterem ao bolso ultrapassa tudo o que temos lido! Mas,

para gáudio dos leitores do CF, a lição de lógica não termina aqui pois o Sr. Santos, não satisfeito, pergunta-nos «se há ou não há uma diferença». Nós não sabemos se há ou não há diferença, mas recomendamos-lhe que procure um trabalhador produtivo e lhe pergunte.

3. E depois desta pequena dúvida, o Sr. Santos, cuja inefável propensão filosófica ressalta de cada uma das palavras que escreve pergunta-nos «se não seria justo utilizar a arma legal do despedimento **sem justa causa**» (sic!) contra um funcionário que «sabendo-se de antemão ser um provocador, não encontrásemos pé para despedir... **com justa causa**»!! Por outras palavras, o Sr. Santos considera que o simples facto de um indivíduo ser notoriamente um provocador — isto é, **exercer** no Sindicato ou fora dele actividade contra os trabalhadores, não constitui, **por si só**, fundamento para o despedir **com justa causa**. Esta simplicidade bôca do Sr. Santos é de bradar aos céus! E como uma palermice nunca vem só, o Sr. Santos considera que os trabalhadores conscientes, sabendo «de antemão» terem um provocador entre eles, e tendo-o referenciado, não seriam capazes de lhe arranjar um «pé»!! O Sr. Santos, em vez de nos vir falar de coisas que totalmente desconhece, podia, ao menos, ter um mínimo de respeito pela capacidade que os trabalhadores têm de

resolver, **a seu modo**, os seus próprios problemas. Os trabalhadores para o Sr. Santos, são uns ineptos que não são capazes de resolver um problema como este e, por maioria de razão **outros mil vezes mais importantes**.

Este erro do Sr. Santos é muito significativo e traduz-se pela subestimação das potencialidades dos trabalhadores. Aliás existe ainda outra alternativa sobre a qual o Sr. Santos, certamente por modéstia, não se pronunciou. É que os trabalhadores poderiam sempre recorrer aos seus serviços e o Sr. Santos, com a sua notável perspicácia, não deixaria de «arranjar o pé» ao provocador!

Resumindo: Segundo a lógica «não aristotélica» do Sr. Santos, os trabalhadores deviam aproximar-se do provocador e dizer-lhe: [Olhe meu amigo, sabemos que o senhor é um notório provocador e exerce a sua «actividade» aqui no sindicato. Succede que nós não temos a bagagem filosófica do Sr. Santos e não somos capazes de lhe «encontrar um pé». Sendo assim, tome lá a sua rica indemnização mas pedimos-lhe para ter escrúpulos na forma como vai gastar esses nossos contos de rei visto que, como sabe, esse dinheiro representa suor dos trabalhadores].

JOAO A. DUARTE
MANUEL PINTO □

Sindicalismo: reflectir colectivamente

Em certos sindicatos tidos por representativos (bancários, propaganda médica, electricistas, técnicos de desenho, etc.) as linhas seguidas pelas suas respectivas direcções têm sido postas em causa por grupos de associados.

Nasceram essas «contestações» de factos isolados relativos a problemas específicos de cada um desses sectores profissionais ou constituem as mesmas reflexo duma problemática global cuja análise não poderá deixar de pôr em causa a linha seguida por essas direcções ditas progressistas?

Pelo que nos é dado conhecer e pela nossa própria experiência, optamos pela segunda hipótese. O que está mesmo em causa é a linha que as direcções desses sindicatos, e não só, entenderam por bem seguir, a qual se apresenta como a negação dum autêntico sindicalismo de massas. São, aliás, por demais evidentes os pontos comuns dessa orientação, uma orientação vincadamente marcada pelo reformismo e que encontra na prática burocrática o apoio indispensável à sua sobrevivência.

Daí, o assistirmos à total negação dos princípios do cen-

tralismo democrático, substituídas por um dirigismo fortemente reaccionário.

Daí, o assistirmos aos órgãos de cúpula ditando suas indiscutíveis leis e manipulando as massas através de formas de mistificação que apenas visam obter o seu crédulo e acéfalo amém.

Daí, a defesa intransigente do poder pelo poder, enganadoramente apresentado em nome dos trabalhadores, e para cuja defesa todos os expedientes (mesmo os mais condenáveis) são permitidos — vide últimas assembleias gerais.

E vemos também as direcções em causa, utilizando grupos de sócios defensores desse mesmo reformismo (alguns no fundo, encapotadamente, são aqueles que manobram os cordelinhos da vida sindical) arranjar a parede policial e protectora de que necessitam para prosseguir.

Tudo serve.

Defendendo que trabalhadores que trabalham em sindicatos não têm os mesmos direitos que os outros trabalhadores, procuram ridículas justificações para se desfazerem de empregados que se opõem às

suas arbitrariedades e violências em matéria de política de pessoal semelhante à dos patrões. E para tanto praticam o despedimento sem justa causa.

Servindo-se de grupos organizados de arruaceiros, manobram as assembleias no sentido de intimidar quem quer que seja que pretenda «levantar a lebre», procurando assim impor-lhes silêncio. E no entanto proclamam demagogicamente o direito ao livre debate de ideias. Que ideias? Aquelas que se identificam com as suas, é óbvio. Pois o contrário para eles não são ideias, são provocações.

Que se passa afinal?

No fundo o que se pretende é recusar a autêntica participação dos trabalhadores que, a verificar-se, poria imediatamente em causa os privilégios das novas pequenas elites.

Proclamando que o reformismo é a única via possível aqui e agora, iludem os trabalhadores que dizem representar, fazendo-os crer que as leis a que têm de obedecer são susceptíveis de serem melhoradas,

o que mesmo é dizer, melhorado o poder.

É a face furiosa e frustrante dos telegramas e dos abaixo-assinados por dá cá aquela palha, «porque as massas não estão preparadas para outra coisa e o que é preciso é movimentar pessoas». Na verdade é muito mais fácil e mais cómodo, o movimento pelo movimento, do que um trabalho sério.

Estes paladinos com seus actos definem bem o que na realidade pretendem alcançar. A sede de prestígio pessoal, do culto da personalidade, do sentido bem burguês da individualidade e do autoritarismo.

Por isso temem a crítica e não desejam ver apontados os seus erros. Em conclusão, que seja feita a sua denúncia pública.

A nós porém, cabe-nos o dever de criticar todos os tipos de ideias erradas. Não podemos renunciar à crítica, ficar indiferentes enquanto essas ideias erradas se propagam por toda a parte, permitindo-lhes assim que dominem a situação.

LUIS MARTINS



O triângulo do reformismo

Os dois candidatos principais de uma direita cada vez mais dividida, disputam a Mitterrand as propostas reformistas da esquerda. O eleitor desprevenido teria razões de sobra para ficar perplexo. E nós?

Até que ponto as contradições secundárias e os antagonismos internos entre os estados maiores políticos das classes dominantes podem comprometer a eleição de um representante das forças conservadoras para a presidência da república em França? A divulgação espectacular de uma sondagem confidencial realizada pelo ministério do Interior francês, apresentando um resultado favorável a Giscard d'Estaing, foi a «bomba» política da última semana na campanha eleitoral. Apesar dos protestos de inocência do ministro do Interior, Jacques Chirac, invocando uma «fuga» — a que seria estranho — dos serviços do seu ministério, ninguém concedeu crédito a essa versão. Com efeito, a hostilidade activa de Chirac contra Chaban-Delmas é do domínio público: o actual ministro do Interior foi um dos principais responsáveis pelas manobras de bastidores que algumas personalidades relevantes do partido gaullista, a U.D.R., desenvolveram intensamente no sentido de impedir que Chaban-Delmas fosse confirmado em definitivo na candidatura oficial por aquele partido à sucessão de Pompidou.

As dificuldades de Chaban

Temos, assim, que o principal responsável por uma peça fundamental do aparelho de Estado, como é o ministério do Interior, utilizou os serviços desse departamento governamental para pôr em xeque as ambições do candidato oficial do seu próprio partido: trata-se, inequivocamente, de um sintoma que confirma em definitivo a desagregação interna do bloco gaullista.

Se Pompidou conseguira resistir às manobras mais ou menos veladas dos chama-

dos gaullistas ortodoxos que pretendiam afastá-lo da corrida à sucessão do general De Gaulle, Chaban-Delmas defronta agora a oposição declarada dos «pompidolistas» mais activos. Com uma diferença fundamental: enquanto Georges Pompidou não teve rivais da mesma família política ao disputar as eleições presidenciais de 1969, Jacques Chaban-Delmas, em 1974, encontra no seu caminho Valéry Giscard d'Estaing. E é em Giscard que os «pompidolistas» apostam. Mas Giscard, embora da família, é de partido diferente.

Orfãos de pai e de padrasto, «gaullistas» e «pompidolistas» não encontram sucessor em que reconheçam o legado da herança: as lutas fratricidas ocupam a cena desta tragi-comédia política.

Duas questões, duas respostas

Não estaremos a sobrevalorizar, porém, estas disputas internas entre personalidades e estados maiores políticos? Será aí que se manifestam as contradições fundamentais expressas pelos antagonismos de classe? Duas questões, duas respostas negativas. Se os conflitos no seio das classes dominantes são de importância secundária em face das contradições entre classes sociais com interesses antagónicos, esses conflitos não deixam de conter, em determinados momentos históricos, um profundo significado. O duelo Chaban Delmas-Giscard d'Estaing exprime com singular clareza, pelas peripécias de que se está a revestir, a crise política com que se debatem as classes dominantes francesas de que o «gaullismo» foi o instrumento aglutinador durante quase duas décadas. Crise

de alternativas, de respostas políticas a uma crise mais vasta: a do capitalismo francês.

As eleições e o resto

Por outro lado, todas estas questões têm uma importância relativa à circunstância histórica em que se inserem: a de uma eleição presidencial. Para além de todas as ilusões reformistas, sabe-se que não é nesse terreno que se decidem as opções fundamentais. O que não significa, entretanto, que o resultado das eleições de Maio seja estranho às perspectivas que se poderão vir a oferecer ao movimento das classes produtoras. Se as eleições, mesmo numa democracia burguesa, não são a pedra de toque das verdadeiras transformações históricas, a dinâmica deste processo pode encontrar condições mais ou menos propícias ao seu desenvolvimento na sequência de um desfecho eleitoral. Ora, concretamente, no caso de uma vitória de Mitterrand, a clarificação de posições que esse acontecimento viria necessariamente a provocar entre a esquerda francesa, parece susceptível de activar uma fase de agudização das contradições de classe. Tudo depende, obviamente, da capacidade de organização e resposta do movimento dos produtores, definindo-se em torno dos seus objectivos históricos.

O apoio a Mitterrand

Allás, o facto de Mitterrand ter conseguido polarizar facilmente à volta da sua candidatura o apoio não só de toda a esquerda tradicional como de movimentos que

apesar da ambiguidade da sua orientação, se distinguiam pelas suas posições críticas aos programas reformistas (casos da central sindical CFDT e do P.S.U.), atesta o extraordinário poder de atracção que uma plataforma eleitoral «frentista» pode ainda exercer junto de alguns sectores progressistas. Uns porque não desejam marginalizar-se de um movimento em que reconhecem invulgares potencialidades mobilizadoras. Outros porque receiam confiar-se indefinidamente ao seu purgatório minoritário — caso típico do P.S.U. — sonhando com um lugar ao sol entre os «grandes» como saída ilusória para a sua crise interna.

Mas reduzir estes comportamentos, de certo equivocados, ao oportunismo puro e simples, será também esquecer que a extrema-esquerda, dividida por múltiplas contradições, não podia efectivamente aspirar a superá-las transitoriamente com o projecto (falhado) da candidatura unitária de Charles Piaget, o leader sindicalista que se distinguiu na organização do exemplar movimento LIP no verão passado.

Reformismos concorrentes

Entretanto, as propostas reformistas de Mitterrand levam os seus adversários principais a correr atrás do comboio em andamento. Giscard ou Chaban exibem, cada um a seu modo — mas com uma identidade de propostas vagas e nebulosas que deveriam provocar a confusão no eleitor desprevenido, com dificuldade em perceber, afinal, as razões de todas aquelas rivalidades —, as contrapartidas da direita para o reformismo de esquerda. Mitterrand, cuja «performance» eleitoral — nomeadamente nos temas económicos, considerados um dos seus antigos calcanhares de Aquiles — está a despertar admiração, mesmo em certos meios da direita «moderada», parece preocupado com a «recuperação» que os outros dois concorrentes principais à presidência fazem do seu programa. Ora, se Mitterrand se deixa «recuperar» pelos adversários é decerto porque o reformismo de esquerda é objectivamente «recuperável» pelo reformismo de direita. E nada de nos espantarmos ao ouvir Georges Marchais dizer alto-e-bom-som que as nacionalizações constituem uma «técnica» ou Mitterrand afirmar que não pretende «destruir a economia de mercado, mas controlá-la». Facto sintomático, também: assustada com esta concorrência desenfreada entre reformismos, a habitual miopia ultra-conservadora — tão bem representada no jornal «L'Aurore» — pretende que nem Chaban nem Giscard representam a direita — sugerindo que não passarão de cavalos de tróia da esquerda. Belo.

Ficam por definir, entretanto, alguns aspectos essenciais do confronto entre as propostas reformistas dos candidatos. Será esse o tema possível de um próximo artigo.

VICENTE JORGE SILVA □

os dias do mundo

16 de Abril

Terça-Feira

Entidades do ministério das finanças japonês anunciam que o «déficit» da balança de pagamentos do Japão é o maior verificado em qualquer país do mundo à excepção dos EUA durante as etapas finais da guerra do Vietnam. De notar que em 1971 e 1972 a balança de pagamentos japonesa fora excedentária. Mais um reverso do «milagre económico».

Edward Kennedy é recebido em Bucareste quase como chefe de Estado. Com esta visita Kennedy iniciou uma viagem a várias capitais de países do Leste. As eleições presidenciais de 1976 em perspectiva?

17 de Abril

Quarta-Feira

No Chile começam os julgamentos de 57 oficiais e soldados da força aérea e 10 civis, acusados de alta traição. A acusação já pediu 6 penas capitais. A imprensa chilena controlada pelo governo não anunciou o julgamento.

19 de Abril

Sexta-Feira

No Brasil, durante o primeiro trimestre, o custo de vida sofreu um aumento de 9,1%.

Os EUA decidem aumentar o auxílio militar à Jordânia. O montante do auxílio é de 3 milhões e 300 mil contos.

Em Florença após um comício neo-fascista sobre o divórcio, a polícia utilizou gazes para dispersar manifestantes que reagiam desta maneira ao discurso do «líder» neo-fascista Giorgio Almirante.

20 de Abril

Sábado

A polícia espanhola anuncia ter desmantelado uma célula da organização revolucionária basca ETA.

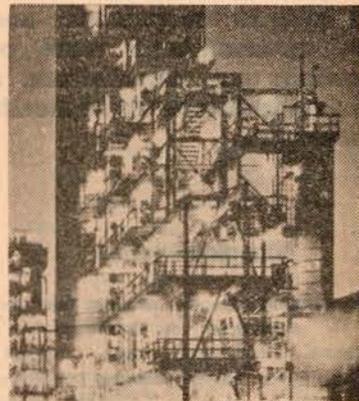
Na Rodésia são executados dois africanos.

O General Pinochet justifica a continuação da repressão por ter sido descoberto um esconderijo de armas na Ilha Dawson, actualmente utilizada como penitenciária. Tudo serve de justificação, a regimes como o de Pinochet.

21 de Abril

Domingo

O chanceler social-democrata alemão Willy Brandt anuncia em Argel que deve ser realizada em breve uma conferência entre países árabes e europeus com vista a uma cooperação económica mais íntima. Estas novas iniciativas diplomáticas não são evidentemente estranhas. O receio das potências capitalistas europeias perante a crise energética. Daí as tentativas de conciliação com os países do terceiro mundo.



A senhora Sirimavo Bandaranaike, primeiro-ministro do Sri Lanka (ilha do Ceilão) decreta o encerramento de 16 jornais independentes, com a justificação de estes desempenharem papel importante no incitamento da população à desobediência.

22 de Abril

Segunda-Feira

O senador Kennedy é recebido por Brejnev. Na perspectiva de um regresso dos democratas à Casa Branca, parece ter Kennedy assegurado a continuidade da política de Nixon de aproximação com a URSS.

No Uruguai três guerrilheiros tupamaros perdem a vida durante um combate com a polícia. No incidente morre um polícia e ficam feridos 2 oficiais do exército.

Na Colômbia — numa eleição presidencial que registou uma extraordinária taxa de abstencionismo — a contagem de votos dá a vitória ao candidato do partido liberal, Lopez Michelson. O novo presidente afirma que a Colômbia poderá ser o «Japão da América do Sul».

UM ALOJAMENTO MARGINAL (2)

Quem habita como se vive

Na sequência do inquérito aos bairros «marginais», apresentamos aqui outros elementos essenciais que caracterizam as condições de vida e a identidade social dos habitantes desses aglomerados.



Marginalidade

Independentemente da pertença dos terrenos a construção de barracas é considerada oficialmente como ilegal; aqui, a multa quase sempre inevitável (que apurámos ser de 1.600\$00) parece representar um acordo tácito de permanência entre a autoridade e o infractor. Mas esse «equilíbrio» é ambíguo e rompe-se com a maior facilidade e ao menor indicio de melhoria (acrescentamento de paredes, construção de novas divisões no interior da «casa», ou quaisquer outras beneficiações) surgem novas multas e a ameaça constante de expulsão. Todo este processo culmina com a destruição das barracas.

Verifica-se assim a não-satisfação de qualquer serviço que pela sua natureza seja extensivo aos moradores dos bairros «legais».

Podemos apontar o caso dos Bairros da Mina e Quinta da Lage, onde a população se abastece em chafarizes que ficam a distâncias consideráveis. Em outros bairros, os chafarizes são insuficientes para o abastecimento de todas as pessoas. E assim se constatou uma forma de ligação com os prédios vizinhos, curiosa: a água é comprada geralmente nas lojas próximas, sendo idêntica a tabela usada em vários bairros — os 20\$00 mensais.

Também são frequentes os acidentes com automóveis, sendo normalmente vítimas as crianças que brincam próximo da estrada. O bairro da Boavista, pela sua já referida situação junto à estrada circular, de grande movimento, é particularmente afecto aos atropelamentos, e a este facto não é estranha a necessidade que as pessoas têm de atravessar constantemente a estrada, visto que os chafarizes estão situados do outro lado,

além de que o bairro (como já foi dito) se estende em linha junto à estrada.

O bairro «marginal» está geralmente muito mais indefeso do que qualquer outro aglomerado habitacional. Assim, os incêndios são constantes. A utilização de fogareiros a petróleo ou os descuidos com as bilhas de gás motivam os incêndios, sendo bastante frequente que crianças, deixadas sôzinhas em casa, brinquem com os fósforos, verificando-se horrorosos acidentes. Também as cheias (em 1967, aquando das grandes inundações, várias pessoas morreram na Boavista, na Falagueira e nas Fontainhas) se verificam amiúde, sobretudo nos bairros situados em grandes desníveis de terreno.

As crianças e a escola

Se, na generalidade, todas as crianças vão à escola, para onde entram aos 6/7 anos, o seu grau de aproveitamento é muito baixo. As crianças chegam a ficar na escola até aos 14 anos, e, em grande número saem sem acabar a 4.ª classe. São bastante esporádicos os casos de frequência de outros graus de ensino que não o primário elementar.

Isto é confirmado pela situação média que se encontrou entre os maiores de 12 anos (3 — ver nota sobre camadas etárias):

analfabetos	41%
sabendo ler sem habilitações	28%
c/ a 4.ª classe	30%
outros graus de ensino	1%

As crianças têm desde muito cedo um conhecimento de certos factos elementares da vida, que apreendem nas suas

formas mais chãs. Quer os seus modos «pouco educados», quer a pobreza do vestuário, quer a linguagem que utilizam — copiada dos adultos —, as marginalizam perante as outras crianças, recomendadas pelos seus encarregados de educação para «não acompanharem com esses rapazes da rua». Ainda recentemente alguns reformistas (vidé: Professor Calvet de Magalhães) se viram forçados a pedir a intervenção das forças policiais para pôr cobro a vários assaltos que algumas crianças (provenientes dos bairros «marginais», ciganos), efectuavam aos alunos das escolas secundárias, exigindo-lhes por meios violentos o dinheiro que os pais lhes davam para os livros, cadernos, etc. Pôde então assistir-se ao curioso fenómeno dos pedagogos formados pelos métodos Freinet, dos pais — pessoas do melhor porte moral e social —, das próprias crianças frequentadoras dessas escolas, divulgarem através de jornais «democráticos» (*República*) a necessidade que havia de maior policiamento para se acabar com o problema dos assaltos. Não faltaram então palavras condóidas sobre a pobreza dos pequenos «gangsters» mas, ao fim e ao cabo o que é certo é que a solução encontrada foi a que se integra nos quadros de uma determinada moral, produto e reflexo de todo um conjunto de relações. O problema portanto, do acesso dos habitantes destes bairros à cultura (mesmo a um certo tipo de cultura) é o problema de uma considerável minoria (dentro dos quadros urbanos) marginalizada em todos os outros aspectos. Não deixa de ser demonstrativo o facto de, aos 14 anos, as crianças ainda andarem na escola de onde saem muitas vezes sem a 4.ª classe. É necessário talvez aduzir que esta falta de conhecimentos faz com que exista uma grande permeabilidade a todos os conceitos que pos-

sam ser portadores de uma modificação de situações, valores de uma cultura nova.

Formas de exploração no interior dos bairros

Para além dos mais variados processos de agiotagem, são utilizados determinados modos crónicos de exploração dos habitantes dos bairros:

É o caso da cobrança (verificado em dois bairros: Qta. da Lage e Carenque/Mina) de uma renda mensal em troca da permissão de construir habitações, tipo de comportamento seguido por parte dos proprietários, dos terrenos. Surgem mesmo aqueles que, afirmando-se proprietários, vão explorando a necessidade e a ignorância dos que ali vivem. Várias pessoas pagavam regularmente uma renda a determinado indivíduo, quando surge outro a reclamar-se proprietário do terreno e a exigir uma nova renda, etc.

O sistema de **fiados** nas lojas situadas no interior dos bairros demonstra a existência de uma camada que explora as necessidades dos habitantes, sendo em alguns casos os proprietários das lojas também os senhores das habitações. Por outro lado, verificou-se que alguns proprietários constroem barracas para venda (4,5 e até 10 contos) — conforme os materiais empregues e a área das habitações—e aluguer. De certo modo as relações com o exterior são sempre relações de exploração, em que os habitantes dos bairros são os explorados, mas dentro dos bairros (até por uma certa vida autónoma que os mesmos apresentam) essas relações são também patentes.

Condições de saúde

As condições de saúde são no geral deploráveis. Doentes pulmonares vivem em contacto com os filhos, propagando a doença (foram encontradas famílias numerosas nestas circunstâncias). O acesso aos serviços das próprias Caixas de Previdência não se verificou extensivo a todos os habitantes dos bairros e depende sempre da situação perante o trabalho dos **cabeças de família**. As crianças apresentam sintomas de fraco desenvolvimento, andando muitas delas cobertas de pústulas, resultado da avitaminose. São frequentes os casos de doenças contagiosas, notando-se uma elevada taxa de contágio em quase todas as doenças que têm tendência para se propagar. (A falta das mínimas condições, uma cooperativa — que viria a ser extinta — chegou a montar um serviço médico para os habitantes da área que lhe era contígua-Falagueira). De facto, quer o elevado número de dias de baixa que se verificam entre a população trabalhadora, quer as restantes condições da restante população, levam à afirmação de que é muito precária a situação perante a saúde dos habitantes destes bairros. Neste aspecto seria importante a recolha de alguns dados como a taxa de mortalidade infantil, percentagem de habitantes hospitalizados, etc., que não foi possível conseguir.

(4) Distribuição por idades:

0 a 6 anos	26%
7 a 11 >	14%
12 a 20 >	17%
21 a 49 >	36%
mais de 50 >	7%

Situação perante o trabalho

O factor determinante de todas as condições de vida dos habitantes dos bairros «marginais» é o lugar que ocupam na produção. Mão-de-obra não qualificada, sujeita a grande instabilidade de emprego e com uma grande proporção de desempregados (10% é a média dos bairros) estão na base da pirâmide social.

A situação perante o trabalho, encontrada entre os maiores de 14 anos, aproxima-se da seguinte estrutura-tipo:

Activos	60%
Desempregados	10%
Domésticas	20%
Doentes e Inválidos	10%

Uma grande parte dos trabalhadores que vivem nestes bairros tem por ocupação a construção civil: 68% em Carenque/Mina, 57% na Quinta da Lage, 56% na Falagueira, 32% na Cova da Moura/Quinta do Outeiro, 24% na Boavista, 67% nas Fontainhas e 30% no bairro do Cemitério de Benfica. A estes dados não é alheio o facto de a zona da Amadora registar um grande crescimento na indústria da construção, embora alguns trabalhadores se desloquem diariamente para vários outros pontos consoante a localização das obras.

Na generalidade dos bairros, o operariado fabril constitui 15/20% da população activa residente (chega aos 25% no Bairro da Boavista); só no bairro de Carenque/Mina, mais excêntrico em relação às concentrações industriais, é que não se encontram operárias fabris em proporção significativa. Exercendo a sua profissão em oficinas ou até (em casos isolados) por conta própria, vivem nos bairros estudados diversos trabalhadores qualificados; o seu peso no conjunto da mão-de obra residente em cada bairro varia entre os 9% — Carenque/Mina, e os 18% — Boavista.

É muito baixo o nível económico, dado não só os baixos vencimentos dos activos como também a reduzida proporção destes em relação à totalidade dos componentes de cada família, na generalidade dos casos. Assim, as remunerações médias mensais **por activo**:

Carenque/Mina	2.800\$00
Quinta da Lage	2.700\$00
Falagueira	2.500\$00
Cova da Moura/Qta. do Outeiro	1.600\$00
Boavista	2.600\$00
Fontainhas	3.800\$00
Cemitério de Benfica	1.800\$00

Dão lugar às seguintes médias **per capita**:

Carenque/Mina	650\$00
Quinta da Lage	900\$00

Falagueira	700\$00
C. Moura/ Qta. do Outeiro	600\$00
Boavista	800\$00
Fontainhas	700\$00
Cemitério de Benfica	750\$00

Verifica-se que nos bairros em que há nível mais alto de emprego feminino (caso do Cemitério de Benfica) é bastante mais baixa a remuneração/média dos trabalhadores, devido à sobre-exploração da mão-de-obra feminina.

Os bairros em que os trabalhadores são relativamente melhor remunerados, são aqueles em que a ocupação na construção civil atinge mais altas percentagens (o rendimento médio beneficia com os salários ligeiramente maiores que nesse sector se praticam) e os que têm menor grau de emprego feminino.

A excepção da Cova da Moura/Quinta do Outeiro («em que vivem muitos vendedores ambulantes, varredores...») é baixa a proporção de trabalhadores marginais em relação às indústrias acima referidas. Os elementos com ocupações diferentes das enunciadas nunca chegam a atingir os 10% da população activa de cada bairro.

Trabalho feminino

«O meu filho fica em casa sózinho. Tenho de sair muito cedo, trabalho no ferro-velho, e deixo-lhe o almoço pronto. A uma hora da tarde ele vai para a escola e volta pelas quatro horas. E por aqui está até ao meu regresso. Vivo sózinha, não tenho ninguém a quem o deixar».

As indústrias ditas ligeiras e as zonas de habitação burguesa, solicitam com premência o trabalho feminino. Nos bairros de lata que lhes ficam mais próximos (Quinta da Lage, Falagueira, Boavista, Bairro do Cemitério de Benfica) aparecem muitas operárias fabris e mulheres ocupadas em serviços de limpeza. São precisamente nesses bairros que se observam maiores desvios à estrutura — tipo do emprego — altas percentagens de activos e percentagens de domésticas inferiores às dos outros bairros; um desvio inverso (cerca de 50% de activos, contra uns 30% de domésticas) é encontrado no bairro mais distante das zonas industriais: o de Carenque/Mina. Por outro lado, verifica-se que a maioria das mulheres não têm com quem deixar os filhos no caso de terem algumas possibilidades de emprego. Este facto, aliado à necessária execução de todas as tarefas domésticas, agrava a situação das mulheres moradoras nestes bairros. Toda esta situação, como consequência de um statuo-quo, obriga a que as mulheres estejam muito mais ligadas ao universo concentracionário do bairro, não tendo sequer a mudança de ambiente e os contactos que têm os maridos ou os filhos nos locais de trabalho ou nas escolas.

De onde vieram

— «Pois nós viemos do Alentejo. Trabalhávamos no campo que é um

trabalho ingrato. A maior parte do ano não tínhamos trabalho. Se lá tivéssemos uma casinha não vínhamos para cá. Como não tínhamos nada, tanto faz aqui como lá. Aqui sempre há trabalho todo o ano».

— «Eu na minha terra era empancador de bananas. Ganhava trinta escudos por dia e tenho mulher e nove filhos. Pensava que isto aqui era melhor. Agora tem meses que não consigo juntar dinheiro para mandar para casa. E não vejo jeito disto mudar. Tentei ir até França mas fui apanhado. Agora aqui estou; a mulher e os filhos continuam lá no Funchal».

Estes são dois exemplos. Dois casos exemplares que servem para ilustrar o que a seguir se dirá e os valores encontrados.

A grande maioria dos habitantes dos bairros «marginais» veio de zonas rurais; são camponeses que trocaram a incerteza do trabalho no campo pelo «trabalho todo o ano» nas zonas industriais pensando «que isto aqui fosse melhor». Os bairros «marginais» nascem assim da migração do campesinato para as cidades e constituem uma das poucas formas que essas pessoas encontram para a resolução do seu problema habitacional. Vieram para Lisboa há cinco, dez, quando muito quinze anos, atraídos pela expectativa de um trabalho mais regular e melhor remunerado ou ainda para se juntarem a familiares que os haviam antecedido.

Em relação às pessoas inquiridas, verificou-se que cerca de 65% provinham do Norte do País. Mais especificamente: Trás-os-Montes: 20%; Minho: 15% e Beira Alta: 30%. Logo a seguir, e por ordem de importância, encontrava-se o Alentejo e o Litoral-Centro.

Registou-se ainda o caso especial do bairro das Fontainhas em que metade da população é das ilhas de Cabo Verde. Mais raros são os casos de pessoas que tendo sido desalojadas de bairros de lata, voltaram a construir casa noutros bairros semelhantes.

Natureza das relações de produção

A situação perante o trabalho dos habitantes dos bairros de lata reproduz a situação da maioria dos trabalhadores. O seu papel na produção é o de simples produtores de bens de cujo consumo são praticamente alheios, caso patente na indústria da construção.

A percentagem de doentes e inválidos é de 10%, o que é só por si demonstrativo do desgaste produzido pelas tarefas mais rudes, executadas muitas das vezes sem as mínimas condições de segurança, dando lugar a elevado número de acidentes de trabalho. O subemprego é também uma característica da situação de muitos destes trabalhadores, sujeitos às variações das cadências industriais.

A natureza da habitação do produtor reflecte, como, aliás, todos os outros aspectos da sua vivência, a natureza das suas relações de produção. São estas que determinam todos os outros factores.

MARILIA VIEIRA □

Quosque tandem, Julius? Até quando Ulianov?

Fernando Piteira Santos responde aqui à referência feita por Julius a um artigo daquele colaborador da «Seara Nova».

No «Comércio do Funchal», N.º 2236, IV série, de 31 de Janeiro a 6 de Fevereiro, num artigo que se propõe comemorar o cinquentenário da morte de V. I. Ulianov, traído, de passo, uma fervorosa admiração pessoal pelo imediato «sucessor», alguém que usa o pseudónimo de Julius, deturpa grosseiramente o sentido de umas páginas que publiquei na revista «Seara Nova», no passado mês de Dezembro.

O artigo intitulado «Ulianov e a super-estrutura social», é uma desinteressante salada filosófico-política. Foi por mero acaso que na continuação dessa prosa, na pág. 14 do mesmo número do «Comércio do Funchal», encabeçado pelo título «As modernas unidades», deparei com a referência incorrecta e tendenciosa de que fui objecto.

Tão grosseira é a deturpação do sentido (e da letra) das reflexões que publiquei na «Seara Nova» sobre o conceito de «Estado neutro» (ou «Estado de direito»), que, talvez, não valesse a pena vir repor a verdade. Mas o «Comércio do Funchal» tem leitores que não são forçosamente leitores da «Seara Nova». Aos leitores é devido este esclarecimento. Lamentamos oferecer-lhes a surpresa de verificarem que o seu jornal tem um colaborador que não sabe ler.

Não pense, no seu latim, este Julius, quis tacet consentire videtur. Não vá ele supor que quem cala parece consentir. A desenvoltura com que o alatinado colaborador do «Comércio do Funchal» fulmina, *ab hoc et ab hac*, «revisonistas» e «reformistas», não me incomoda. É lá com ele. Cada qual afugenta os seus fantasmas. Não contesto as suas «opiniões», não me fere o calão dos seus «qualificativos». De ore tua te judico — diz-lhe-ia um irmão de latinidade. E eu também, pelo que diz, pelo que escreve, o avalio.

Julius escreveu: «Sottomayor Cardia colocou o problema numa tese apresentada em Aveiro. Agora é a vez de Piteira Santos, recentemente na Seara Nova. Ambos mistificam o problema do Estado imaginando-o acima da sociedade, neutro em relação aos conflitos existentes entre as classes, abstracto. Piteira Santos numa análise em que o ecletismo é o traço principal afirma: «Acima das sociedades, delas separado, delas distinto, composto de «especialistas de arte de governar», o aparelho

estadual nas sociedades contemporâneas, tornou-se tão complexo que passou a ser um «objecto de ciência».

Comecemos pela citação. Eu escrevi: «Acima da sociedade (no singular), dela (no singular) separado, dela (no singular) distinto». Na frase transcrita: estão sublinhadas as palavras: o aparelho estadual. E parece referir-se ao «aparelho estadual» o comentário de Julius: «Ora, tal formação nunca existiu nem nunca existirá, a não ser na cabeça da pequena e média burguesia, que quer justificar as suas aspirações à participação no poder com palavras que não choquem os trabalhadores de cujo apoio necessitam para trampolim».

A palavra formação, utilizada por Julius, presta-se a equívocos. E o primeiro equívoco, é o de Julius pretender apoiar o que escreve num texto de Ulianov que diz, praticamente, o contrário do que Julius quere: Ulianov confirma a existência de um problema teórico do Estado. Questão que é diferente da natureza de classe do Estado. Entendido?

Mas quem terá ofendido Julius falando do Estado «acima da sociedade»? Quem terá ofendido Julius falando de «aparelho estadual separado da sociedade»? Teria sido eu, Piteira Santos, ou teria sido o conferencista da Universidade de Sverdlov em 11 de Julho de 1919?

Ou será que Julius não leu as «reflexões» do «intelectual reformista» (sic) Piteira Santos, também não terá lido, ou não terá sabido ler, a conferência de V. I. Ulianov?

Com efeito, o conferencista da Universidade de Sverdlov, afirmando que «...o problema do Estado é um dos mais complexos, um dos mais difíceis...», fala-nos do «aparelho a que se chama Estado»; fala-nos do «aparelho» constituído por «uma categoria especial de homens» e da sua função coercitiva que «constitui a própria essência do Estado»; ensina «que o Estado consiste precisamente nesse aparelho de governo que se separou da sociedade»; refere-se aos «especialistas de arte de governar».

Ficamos sem saber se Julius teria lido completamente o texto da conferência de que transcreve algumas linhas. Soubesse ele ler, teria apercebido a inspiração subjacente e a informação patente nas «refle-

xões» publicadas na «Seara Nova». Mas Julius não lê. Agride. Quis agredir «intelectuais reformistas». E, aos purgatórios da ortodoxia, condenou-me, levemente, citando a peça fundamental que eu citara entre os escritos de Ulianov que versam a matéria.

Esqueceu, o alatinado e precipitado censor, a advertência de Virgílio: *latet anguis in herba*. E, desta feita, a serpente, ocultava-se nas próprias ideias e afirmações de Ulianov: «A história mostra que o Estado, o aparelho coercitivo distinto, só surgiu onde e no momento em que apareceu a divisão da sociedade em classes, portanto a divisão em grupos de homens dos quais uns podem constantemente apropriar-se do trabalho de outrem, dos quais uns exploram os outros». (Seara Nova, N.º 1538, pág. 19, 1.ª coluna).

São de Ulianov os conceitos, e até as palavras, as expressões, que Julius pretende estigmatizar com feios nomes e catalogar no comprometedor vício de «ecletismo».

É triste este tipo de analfabetismo político que cobre um sectarismo vesgo. No textos das «reflexões interrogativas» sobre o «Estado Neutro», poderá, quem saiba ler e queira ler, encontrar uma definição de Estado: «O que é o Estado?; qual a natureza do Estado?; qual a sua função? Da sua origem histórica se conclui: O Estado, é um aparelho de coerção que se destina a efectuar e manter o domínio de classe, a assegurar a predominância de uma classe sobre outra ou outras».

Onde está o ecletismo? Onde está o reformismo?

Quando num texto acessível a charrua da deturpação pode lavar tão fundo, parece estar criado, no país, um ambiente tenebroso de irresponsabilidade intelectual. Lamento-o, sinceramente. E permito-me juntar duas linhas sobre Mário Sottomayor Cardia.

Nas «reflexões» publicadas na «Seara Nova» contestava uma frase de Sottomayor Cardia, mas afirmava, cordial e sinceramente, o meu respeito pela sua «lucidez crítica» e pela sua «coragem cívica». Sei que para alguns a divisa é: *delendum Cardia*. Parece tratar-se de uma obstinação sistemática e cega. Nessa «guerra» não entro.

Despeço-me dos leitores com um pedido: nunca julguem sem ler. Porque em cada esquina do planeta espreita um Julius, capaz de falar do que não entendeu, do que nem sequer leu.

Até quando será possível, por essas sete partidas e na nossa terra, este tipo de agressão de caneta em punho? Até quando será possível fingir-se que se leu um texto, simular-se que se compreendeu um autor? Até quando será possível confundir a recitação de frases soltas, arvo-radas em juízos dogmáticos e intemporais, com uma interpretação crítica?

Quosque tandem, Ulianov? Até quando terás que suportar as vãs invocações do

teu nome e da tua obra? Até quando serás vítima destes e dos outros Julius?

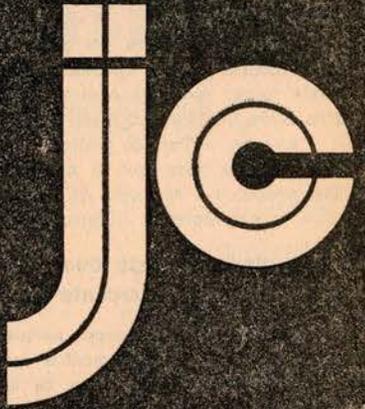
Quosque tandem?

FERNANDO FITEIRA SANTOS □

(N.R. — A redacção do CF no Funchal esclarece que o artigo de Julius a que se refere a resposta de F. Piteira Santos nos foi enviado voluntariamente por um leitor, tendo sido publicado como evidentemente representativo de uma corrente de opinião, adentro do confronto de posições que CF acolhe nas suas colunas, de acordo com uma orientação diversas vezes reafirmada. O que significa claramente que a posição expressa nesse artigo não representa o conjunto dos colaboradores do jornal. Particularmente no que diz respeito à referência ao imediato sucessor de Ulianov, a redacção de CF não partilha da posição de Julius.

Por outro lado, lamentamos que F. Piteira Santos tenha optado largamente por um estilo polémico onde abundam referências de cunho marcadamente pessoal — tal como o comprovam as repetidas citações de frases latinas, inspiradas talvez pelo pseudónimo de Julius escolhido pelo autor do artigo que suscitou a presente resposta de F.P.S. Isto em prejuízo de um esclarecimento cabal de posições sobre o conceito de «estado neutro», por exemplo).

por um homem novo
numa sociedade nova



jornal do centro

Redacção e Administração Apartado 4 Pampilhosa

FARINHA INSULAR

para usos domésticos

—Melhor qualidade em nova embalagem.

—Mais fácil de identificar nas suas novas cores.

À venda em todos os estabelecimentos do Arquipélago da Madeira

“Autêntico sentido da grandeza lusa”

O «Centro Cultural Reconquista» (com sede em Coimbra) divulgou recentemente uma «conclamação de universitários à juventude

portuguesa» intitulada «Autêntico Sentido da Grandeza Lusa». Eis alguns pontos significativos da «conclamação».

«O desejo ardente de levar aos povos ainda pagãos os benefícios inestimáveis da Civilização Cristã foi um dos motivos que mais contribuíram para conduzir o povo luso a lançar-se epicamente aos mares, procurando dilatar sempre mais a Cristandade.

«Com a abertura do ciclo das navegações, iniciava-se uma imensa tarefa apostólica para a Igreja Católica, que devia tomar contacto com todos os povos e anunciar-lhes a Boa Nova de Nosso Senhor Jesus Cristo.

«Assim, o Papado pediu o concurso das grandes nações navegadoras para que o ajudassem na acção missionária. Daí procedeu a actuação de Portugal como reino colonizador e — principalmente — propagador da Fé.»

«A gloriosa gesta dos «Cristãos Atravimentos», página marcante da nossa história»

«Não é lícito esquecer as numerosas cartas em que os Reis dizem a seus prepostos que o serviço de Deus e o bem das almas está acima de tudo. O próprio Damião de Goes teve ensejo de afirmar para toda a Europa que os lusos visavam fins mais altos e mais santos que a simples conquista de terras, a satisfação de prazeres, a busca de madeiras e especiarias. A procura de especiarias, é verdade, os portugueses abriram o caminho marítimo para as Índias. Em busca de novas terras para a Coroa, eles colonizaram o Brasil. Mas em todas essas conquistas, animava-os sempre um ideal religioso que lhes dava força e intrepidez para empreenderem sempre mais «cristãos atravimentos», como tão bem cantou o poeta. Portugal sacrificou-se muito para ser fiel à missão histórica que a Providência Divina lhe confiou. Infelizmente, o nosso país sofre, não raras vezes, negras injustiças na apreciação da sua obra e do seu sacrifício.»

«O precioso legado recebido pelas províncias do Ultramar»

«O nosso país ocupou os territórios do Ultramar de modo legítimo. Ninguém pode honestamente negar que os povos que habitavam aqueles territórios estavam extremamente decaídos e entregues às práticas nocivas e cruéis de um complexo paganismo. Eram terras quase abandonadas e Portugal necessitava de espaço para expandir-se, pois a sua população tornava-se cada vez mais densa. Dispondo de um território tão pequeno, Portugal tinha necessidade de expandir-se.

«Fê-lo de modo glorioso, tentando firmar pé, simultaneamente, em diferentes regiões do litoral Atlântico, Índico e Pacífico, a ver onde pudesse fixar-se. E como a índole afável dos lusitanos e o seu senso de adaptação lhes proporcionaram conservar-se em quase todas elas, assim foi germinando para bem da nossa terra e de outras longínquas paragens, a Cristandade Lusa de marcado sentido missionário. Mas Portugal pagou com uma retribuição extraordinariamente generosa. Os nossos ancestrais estabeleceram nas regiões ocupadas condições de vida que nunca teriam existido se até lá as não tivesse levado um povo como o nosso: europeu, católico e civilizado.»

«Missão de sentido religioso»

«Portugal prezou e preza a sua vocação missionária. Nas terras colonizadas por Portugal está firmemente implan-

tada a Religião Católica. Na África, as províncias portuguesas, que se estendem quase de um oceano a outro, formam um dos maiores blocos católicos do continente. Tal presença é tanto mais preciosa e importante quanto a capitulação francesa provocou o refluxo católico nessa região.

«De maneira que, pouco mais resta de inteiramente estável e organizado, além das províncias portuguesas, para afirmar a presença católica em terras africanas.

«Todas essas circunstâncias reunidas fazem ver que Portugal realizou uma obra benemérita aos olhos dos homens civilizados.»

«Uma ofensiva universal, esquerdista e antilusa»

«De que arraiais ideológicos procedem as oposições a Portugal neste campo? Se analisarmos bem, é impossível não chegar à convicção de que estes ataques partem de sectores ideológicos esquerdistas, agindo enquanto inspirados por uma concepção revolucionária da igualdade dos povos e da soberania de todas as nações. Que pretenderão tais sectores?

«Por toda a parte em que a obra de descolonização se fez na África, ela realizou-se a favor do esquerdismo imperialista. Isto é um facto histórico que hoje em dia não deixa nenhuma margem à dúvida. Fez-se em nome da paz e da harmonia dos povos. No entanto, trouxe apenas o derramamento de sangue e a ascensão das esquerdas. Os esquerdistas de todos os matizes certamente desejam que Portugal abandone as províncias do Ultramar, para que nelas suceda o mesmo.

«Assim, a presença portuguesa nestas regiões reveste-se de uma importância toda especial. Não se trata apenas de ali permanecer a fim de defender direitos e interesses legítimos.

«Mas trata-se, acima de tudo, de ali continuar para defender a Civilização Cristã, que esquerdistas e comunistas querem extirpar, visando subjugar aquelas terras verdadeiramente portuguesas e criar assim a mesma situação lamentável em que se encontra grande parte do continente africano, onde impera o caos político e social.»

«Grave dever da juventude portuguesa: fidelidade à missão da Pátria»

«Estas considerações levam os autores deste apelo a insurgirem-se contra os móveis, obviamente censuráveis e maus, da campanha oposta à união das províncias do Ultramar à Metrópole.

«Por todas as razões aduzidas, os signatários desta conclamação, incitam os seus colegas a formar fileiras, mais do que nunca, em torno da bandeira portuguesa, num protesto veemente contra essa fermentação antilusa. E isto é especialmente necessário para desfazer a impressão, frequentemente inculcada, de que os estudantes, hoje em dia, são favoráveis aos movimentos de esquerda. O nosso protesto demonstre, ao país e ao mundo, ser inteiramente falsa tal afirmação.

Coimbra, 28 de Fevereiro de 1974.

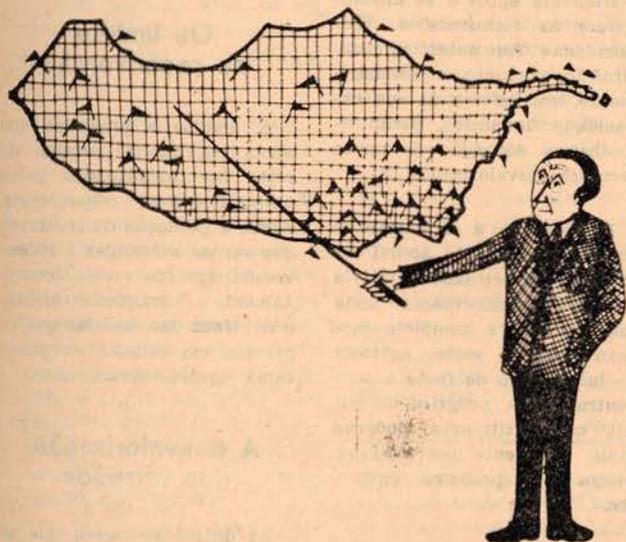
António Carlos de Azeredo

Simão Pedro de Aguiã

Presidente

Secretário»

Madeira: a agricultura em questão



A situação do produtor

Durante todo este tempo em que a banana se revelou uma cultura relativamente rentável foi sempre patente que os detentores do processo de comercialização beneficiavam da maior percentagem dos lucros em prejuízo de produtores e consumidores. A este respeito, convém lembrar que nessa época o preço de venda ao público no continente chegou a atingir os 20\$00 (e até mais) por quilo, isto numa altura em que o processo inflacionário estava longe de ser alarmante — constituindo, assim — e apesar de tudo — a exportação da banana um factor de especial importância no equilíbrio da balança comercial madeirense.

No entanto, das variações dos preços da banana no continente pouco beneficiavam os produtores e a própria economia madeirense em nítido contraste com o que acontecia com os intermediários que proporcionalmente auferiam benefícios largamente superiores.

Por outro lado, convém não esquecer que o grande volume de banana exportada constituiu uma apreciável fonte de lucros para as companhias de navegação detentoras do exclusivo dos transportes entre o Funchal e o Continente as quais praticavam fretes considerados dos mais caros do mundo. Aliás, este condicionamento continua a pesar fortemente na economia madeirense e de uma forma particular, no possível futuro da exportação da banana local.

Expectativas e realidades

No início dos anos setenta, e na sequência de todo um processo de evolução da economia portuguesa em que se produzem alterações nas relações Continente-Ultramar, os territórios africanos produtores de banana e outras frutas tropicais encontrando na exportação para a metrópole destes produtos um dos meios de restabelecerem o equilíbrio das suas balanças comerciais lançam-se abertamente nessa empresa para o que aliás dispunham de condições extremamente favoráveis. Reunindo condições particularmente propícias e beneficiando ainda de subsídios governamentais para a produção e transporte, os territórios africanos alcançam uma posição indisputável no abastecimento do mercado continental, ultrapassando assim, em definitivo, as estreitas possibilidades da produção madeirense. (Aliás, os produtores açoreanos de ananazes sentiram também os efeitos destas medidas).

Entretanto na Madeira a crise agrícola (geral) agravava-se rapidamente com a perda de um mercado que lhe havia sido imposto como único para a colocação da sua principal produção fruteira e agrícola. Frustraram-se, deste modo, expectativas «proteccionistas» numa altura em que a conquista de mercados estrangeiros, outrora viável e compensadora, se mostra extremamente difícil por factores que, provocando uma intensa emigração, vieram acelerar a decadência irreversível

Concluída a análise ao relatório da gerência da Junta Geral, que efectuámos nas últimas três edições do aqui e agora, procedemos hoje a uma descrição pormenorizada dos factores essenciais que caracterizam o panorama agrícola madeirense e das suas relações com o conjunto da realidade económica em que nos inserimos.

Uma situação de dependência

No fim da década de sessenta a importância da banana na economia madeirense atingiu o auge, sendo a respectiva exportação de cerca de 35.000 toneladas. Este montante poderia ainda ter sido duplicado se se tivessem efectivamente adoptado as medidas (vindas a público no início dos anos 60) adequadas à doutrina oficialmente preconizada de que a Madeira era — e seria cada vez mais — o centro abastecedor por excelência do mercado continental (1).

Evidentemente que a impo-

sição deste «condicionalismo» económico estava longe de ser tão vantajoso como podia parecer à primeira vista na medida em que conduziria (ou, melhor, aceleraria) a um regime de monocultura em todo o sul e em algumas zonas do norte da ilha. Deste modo, agravar-se-ia uma situação, desde sempre existente ao longo da história da Madeira, de dependência da economia local perante o mercado continental, único consumidor da banana madeirense, uma vez que a existência de disposições legais, impediam a exportação para mercados estrangeiros onde se poderiam obter preços mais compensadores.

da actividade agricola, assente tradicionalmente na existência de uma mão de obra barata.

O retrocesso

O abandono puro e simples das explorações agrícolas madeirenses é já uma realidade bem visível e parece ser efectivamente a solução mais racional para a maioria dos produtores já que é a menos onerosa. Realmente, nesta situação as despesas ficam limitadas ao pagamento das águas e da contribuição predial, despesas que terão de ser custeadas, como é evidente, com rendimentos provenientes de outras actividades e que se não forem oportunamente satisfeitas acarretarão a aplicação das sanções legalmente estabelecidas.

A paralização da actividade agricola não deixará de reflectir-se nos restantes sectores económicos e designadamente na actividade comercial, a qual vê reduzido um poder de compra já limitado, que durante muitos anos fora alimentado pelas remessas dos emigrantes cujo montante apresenta tendência acentuada para baixar.

O futuro

Em fins de 1973 e princípios de 1974 são largamente anunciadas medidas tendentes a debelar a crise agricola que, entretanto, atingira proporções delicadas como, aliás, oficialmente se reconheceu.

Tais medidas visavam a reconversão das culturas da banana e da cana sacarina que cederiam o seu lugar a vinhedos, pomares, flores (com recurso a estufas adequadas). Paralelamente, sustentava-se que a reconversão constituia a base não apenas de uma transformação da realidade agrária como também um mais abundante abastecimento do mercado local. Por outro lado, sugeria-se estar eminente a adopção de medidas transitórias que assegurariam a aquisição a preços «razoáveis» da cana e da banana e anunciava-se o estabelecimento de subsídios destinados a auxiliar a reconversão agricola oficialmente preconizada.

A banana

No que respeita à banana e

a pretexto de se conseguir uma maior competitividade com a de proveniência africana, impôs-se a concentração dos exportadores madeirenses sob tutela da Junta Nacional das Frutas da Madeira. Importa aqui acentuar que alguns dos exportadores com posições actualmente mais sólidas na Madeira detêm simultaneamente lugares de domínio, quer na produção de banana em África, quer — e especialmente — na comercialização desta fruta no mercado continental, o que não deixará de ser relevante para a economia madeirense. Aliás, os rigorosos critérios da selecção de bananas da Madeira que na última semana (15 de Abril) atingiram requintes inéditos (2) parecem fiilar-se em duas razões fundamentais:

1.º — A consecução de lucros volumosos é imediatos.

2.º — Um (mais) completo domínio sobre os produtores em geral, de modo a que a fixação de preços possa ser determinada por um reduzido grupo de exportadores.

A cana sacarina

Decorrido um mês e meio sobre o período em que tradicionalmente se iniciava a apanha da cana-do-açúcar, verifica-se que a mesma ainda não começou a realizar-se, o que vem originar a sua deterioração com manifesto prejuízo para o agricultor que, por um lado, vê diminuídas as escasas compensações ou até agravados os prejuízos que esta cultura lhe proporcionava e, por outro lado, deixa de poder dispor em tempo oportuno de uma receita muitas vezes esperada com ansiedade, já que se destina a satisfazer obrigações inadiáveis.

Parece-nos também pertinente referir a fragilidade das sugestões sobre o aproveitamento da cana sacarina como matéria prima para melaços, aguardentes, álcool e (mais recentemente) rações para gado, já que o condicionalismo externo que afecta a banana já há muito tempo fez sentir os seus efeitos relativamente à cana e nada nos faz prever a sua alteração.

Vinhas

No final do ano transacto, e sob o patrocínio da Junta Geral, iniciou-se uma campa-

nha de reconversão das culturas da banana e da cana em vinhedos, estabelecendo-se mesmo subsídios e assistência técnica. Isto, na sequência de parecer emitido por uma comissão, criada para o efeito, cuja representatividade em tal campo está informada das características habituais.

A este respeito, convém ter presente que a concessão de subsídios à agricultura, permanecendo imutáveis as suas estruturas actuais, só poderá beneficiar os proprietários financeiramente aptos a se abalancarem às reconversões recomendadas. Tais subsídios constituirão, portanto, e essencialmente, um reforço da sua capacidade financeira, permitindo-lhes a aquisição de novos terrenos desvalorizados (3).

Deste modo, a atribuição de subsídios dentro do actual regime de propriedade fundiária — cuja transformação seria indispensável à completa modernização do sector agricola — incentivará de facto a concentração da propriedade rural cujos titulares poderão mais facilmente controlar os preços dos produtos agrícolas.

Finalmente, o projecto de lei sobre o plantio de vinhas constitui mais um factor de indecisão para aqueles agricultores porventura ainda aptos financeiramente a se abalancarem à reconversão, já que o diploma legal que resultou do citado projecto poderá restringir seriamente a viticultura na Madeira.

Outras culturas e flores

O que atrás se disse applica-se, sem alterações substanciais, aos primores bem como à floricultura.

Quanto à floricultura e na medida em que depende quase exclusivamente do mercado externo, as perspectivas são particularmente aleatórias. Realmente, além de se verificar uma posição de domínio dos intermediários (que auferem lucros da ordem dos 200%) o que se repercute necessariamente nas decisões dos produtores, constata-se, por outro lado, a inexistência de garantias sólidas relativamente à

colocação de flores no estrangeiro. Tais garantias são, aliás, difíceis de conseguir, na medida em que muitos dos países que poderiam absorver flores madeirenses se encontram integrados no Mercado Comum, o que não nos permite beneficiar das isenções fiscais que outros países produtores auferem. Torna-se, por isso, mais problemática a concorrência em matéria de preços, preços estes consideravelmente onerados com os elevadíssimos custos do transporte aéreo que a TAP impõe.

Os limites da reconversão

A análise e previsões que atrás realizámos parecem de resto ser confirmadas pelos organismos responsáveis. Aliás, a limitação do montante das verbas atribuídas à reconversão agricola revela concretamente o reduzidíssimo âmbito e natureza das medidas que se prevêm em relação ao panorama agrário madeirense.

A desvalorização dos terrenos

As dificuldades com que se debate a agricultura madeirense estão na origem de uma rápida desvalorização dos terrenos que até agora tinham sido utilizados para a produção agricola.

Embora seja bem conhecida a actual situação da «indústria» turística madeirense, a queda do sector agricola poderá eventualmente constituir um factor importante para o incremento do turismo na Madeira. Realmente, na difícil situação financeira em que se debate a burguesia local (resultante do facto de se ter lançado em investimentos demasiadamente ambiciosos para a sua capacidade económica dos quais não tem vindo a auferir os rendimentos esperados) e na desvalorização dos terrenos afectos às explorações agrícolas locais, poderá residir a «pedra de toque» para o despertar das atenções dos grandes grupos internacionais relativamente às tão apregoadas condições turísticas do arquipélago. E, de entre estas condições, o clima e as belezas naturais não constituirão, certamente, os factores de maior

peso nas decisões que os referidos grupos possam tomar já que outros aliciantes se oferecem. Aliciantes a que não são estranhas as excepcionais facilidades em matéria de contratação com a maioria das unidades hoteleiras locais que se encontram a braços com dificuldades acentuadas.

(1) No ano passado a exportação não ultrapassou as 15.000 toneladas e na última semana o preço pago ao produtor foi de 3\$00 enquanto que em Lisboa a banana se vendia a 14\$00 kg.

(2) No corte e na selecção final da banana para exportação invocam-se critérios de qualidade, tamanho, maturação e conservação. Ora, a banana cortada, verificada, limpa e pesada na propriedade é depois, nos armazéns do grupo de exportadores concentrados, nova, cuidadosa e meticulosamente (re)pesada, (re)verificada e (re)limpa, sendo normalmente devolvido ao produtor cerca de 50% do produto cortado pelos mesmos exportadores concentrados.

Os cachos de bananas aprovados para embalagens tipo Canárias sofrem prévios cortes de algumas pencas que são «cuidadosamente» postas de lado (e não consideradas, como é evidente, para efeitos de pagamento aos produtores).

A «elasticidade» do critério vai ao ponto de cachos anteriormente devolvidos merecerem posterior aprovação quando integrados em novos lotes de banana.

Acresce ainda que o preço a pagar constitui matéria confidencial que só é revelada alguns dias após a respectiva entrega. Por outras palavras: trabalha-se em regime especial de consignação...

(3) Como exemplo da vertiginosa desvalorização dos terrenos não imediatamente aproveitáveis para fins turísticos podemos mencionar, a título de exemplo, o facto de uma propriedade rústica (com cerca de 4.000 m² em Câmara de Lobos numa zona excepcional para a produção de bananas) e que há 6 anos valeria 900 a 1000 contos ter sido, há poucos dias, adjudicada, em segunda hasta pública, por 180 contos.

A SEMANA

QUINTA-FEIRA,

18 de Abril

● Em comunicação inserta nos diários locais o Vigário Capitular pede «aos reverendos párocos e capelães das Igrejas ou capelas o favor de relevarem nas homilias das missas do próximo domingo» «o alto significado da Ordenação Episcopal» de Dom Francisco, novo bispo do Funchal. Registamos.

● No jornal da diocese, Observador ver-se-á sobre «as flores da Madeira». Um naco precioso e que desconhecíamos: «Tudo foi dado ao Ilhéu nesta ilha tão facetada!»

● A fim de tomar parte na cerimónia da ordenação do novo antístete funchalense segue para a capital o sr. Cónego Dr. Agostinho Gomes que vinha fazendo as vezes de senhor bispo.

SEXTA-FEIRA,

19 de Abril

● Em informação publicada no «Jornal da Madeira», a Delegação de Turismo revela que o «estudo da política aérea da região da Madeira demorará necessariamente alguns anos».

● Segue para Lisboa o Doutor Dom Maurílio de Gouveia, Bispo Titular da extinta diocese de Sabiona e Auxiliar do Cardeal Patriarca de Lisboa.

SÁBADO,

20 de Abril

● Em nova organização do conhecido sindicato da Indústria Hoteleira inicia-se um torneio de futebol entre estabelecimentos de hotelaria.

● O Governador do Distrito preside à inauguração da «XIX Festa da Flor» que o «D.N.» classifica de «a melhor edição de sempre». Seguiu-se um baile de Gala.

● Por iniciativa da Junta Geral é exibido no Teatro Municipal o filme «A Madeira e a sua Flora». O fundo musical é da orquestra Shegundo Galarza.

● O dr. Afonso Marchueta, governador civil de Lisboa, recebe o novo bispo da diocese D. Francisco Santana.

DOMINGO,

21 de Abril

● Menos uma missa no Funchal. Os matutinos locais noticiam que «até nova ordem fica suprimida a missa das 8 horas, ao domingo e dia santo de guarda».

● Assinalando o seu 1.º aniversário o grupo recreativo «Afasta-Afasta» realiza uma excursão pela ilha. No Palheiro Ferreiro disputa-se um jogo de futebol entre solteiros e casados.

● O «Diário de Notícias» revela que foram escolhidas as candidatas aos títulos «Miss Madeira» e «Miss Jovem» que são na sua maior parte estudantes, havendo ainda uma professora eventual e 2 secretárias. Significativo.

● Mais uma «organização» dos sextanistas locais: num dos hotéis da cidade decorre a tradicional «matinée dançante».

● Na Sé Patriarcal de Lisboa realiza-se a ordenação do senhor Dom Francisco bispo eleito do Funchal. Presentes alguns deputados pelo círculo e conhecidas personalidades da vida nacional. O Cardeal-Patriarca pronuncia-se sobre o que é «ser bispo na Igreja de hoje».

● «Os Terríveis» abrilhantam um espectáculo de variedades em benefício do «Centro Catequístico Sempre Unidos de S. Pedro».

● Em saudação publicada no órgão da diocese e dirigida aos seus leitores D. Francisco referindo-se ao seu novo cargo explica «o que é um marinho» e afirma ter «esperança» de vir a ser um «Bom Pastor».

● A «crise» da unidade também preocupa a hierarquia local. Escreve o cónego dr. Agostinho Faria no «Jornal da Madeira»: «Nada sem o Bispo; nada contra o Bispo. Quem está com o Bispo está com a Igreja e com Cristo, portanto. Quem não obedece ao Bispo, quem não está com Ele na doutrina, na disciplina, na pastoral, está contra a Igreja. E, portanto, qualquer que seja o rótulo com que queira acobertar a sua posição e as suas atitudes, já está fora da unidade da Igreja. A conclusão é evidente».

SEGUNDA-FEIRA,

22 de Abril

● Com a presença do Governador do Distrito inaugura-se em São Conçalo a 3.ª estação ur-

bane dos C.T.T. No decorrer do acto o Comandante Farrajota Rocheta pronuncia um improvisado em que afirma que aqueles serviços «contribuem para o progresso económico e social das regiões». Seguiu-se um «fino berbere».

TERÇA-FEIRA,

23 de Abril

● O correspondente no Porto da Cruz do órgão da diocese «descobre» que o facto de naquela localidade ter terminado o curso de «corte, costura e bordados» constitui acontecimento de «grande importância cultural».

● Na Igreja do Monte o Arquiduque Otão de Habsburgo que chegara na véspera a esta cidade impõe ao pároco daquela freguesia as insígnias da Ordem Militar e Hospitalar de São Lázaro de Jerusalém.

QUARTA-FEIRA,

24 de Abril

● O «Diário de Notícias» publica uma mensagem enviada pelo novo bispo aos seus leitores.

E. N. M. L. da

PARA LISBOA
(via Porto Santo)

FUNCHALENSE
3 de Maio

**EMPRESA
DE NAVEGAÇÃO
MADEIRENSE, LDA.**

Rua da Praia, 45
Telefones 30195 e 30196

**FOTOGRAFIAS
A
CORES**

AGORA PELO SISTEMA

ELECTRONICO

nos

LABORATORIOS

EXECUÇÃO RAPIDA

CASA LONDRINA

Incidentes na Calheta

Um indivíduo de nome José M. R. Braz, conhecido no Concelho da Calheta, feriu com um tiro, no domingo passado, Manuel Arlindo Gonçalves de Abreu, de 20 anos, natural e residente no sítio do Loreto.

Depois de contactados diversos habitantes da Calheta, sabemos que o incidente ocorreu cerca das 21 h, quando Manuel Arlindo Gonçalves se encontrava no largo do Loreto com outras pessoas que José Braz intimidou a regressarem a casa. Como os presentes não tivessem acatado as suas intimidações, o referido indivíduo «puxou dum revólver e começou a disparar, tendo disparado alguns tiros», um dos quais atingiu num lado o Manuel Gonçalves.

A vítima é trabalhador assalariado rural, tem um irmão a cumprir o serviço militar e três irmãs; sendo actualmente dele que depende o sustento familiar pois que é órfão de pai. Entretanto, até ao momento em que escrevemos, desconhecíamos se José Braz já teria sido detido.

Autocarros: inovações silenciosas

No da semana finda, algumas paragens de autocarros no Funchal sofreram alterações. Certas paragens foram pura e simplesmente abolidas, outras passaram a ser reservadas apenas a determinadas carreiras.

Do facto da responsabilidade dos Serviços de Viação e Trânsito da Junta Geral do Distrito, não foi dado qualquer conhecimento público, nem mesmo através das pequenas notas que, em casos semelhantes, costumam ser publicadas nos jornais diários. Em alguns casos, aconteceu até que determinados motoristas e cobradores não estavam ao corrente das alterações deliberadas por aquele departamento público.

Semelhante decisão provocou, assim, variados problemas aos passageiros em geral. Foram frequentes os casos em que os passageiros, desconhecendo a «inovação», perderam o autocarro — às vezes na hora de saída de empregos, o que é mais grave.

Quanto utentes já não se terão «cansado» de reclamar junto da entidade responsável o não cumprimento dos horários, o mau estado dos autocarros, etc?

Contudo, nada se modificou.

Que se passa com o Cine-Forum?

Quem na segunda-feira, 22 de Abril, se dirigiu ao Teatro Municipal para assistir à sessão do Cine-Forum anunciada nos jornais da manhã, encontrou aquele fechado e de luzes apagadas. Não houve sessão porque o filme a exibir, «O Deserto Vermelho» de Antonioni, não chegara a tempo.

O que aconteceu já vem sendo habitual. Nos últimos meses a actividade do único cine-clube existente na ilha tem sido altamente irregular. Em três semanas sucessivas não se realizaram as sessões programadas. Quem são os responsáveis deste estado de coisas? Os sócios é que não são concerteza.

Muita coisa haveria a dizer sobre o modo de actuação da actual direcção. Para já, duas questões:

- 1—Quais os critérios que presidem à escolha dos filmes (quando são exibidos...)?
- 2—Que objectivos visa a actividade do Cine-Forum?
- 3—Que informação é prestada os sócios sobre o que se passa na sua associação?

Numa terra onde a programação normal dos cinemas é a

pioir possível, onde existe um cine-clube cuja principal função seria promover o cinema como expressão cultural, o que vemos? Vemos esse cine-clube completamente desfasado da realidade madeirense, a promover uma actividade que objectivamente só vem agravar o actual estado de coisas.

Bispos madeirenses

O «Jornal da Madeira» de 21 de Abril, publicava algumas notas histórico-biográficas dos Prelados que estiveram à frente da Diocese do Funchal desde a sua fundação em 1514.

Até hoje foram nomeados 32 bispos, e das notas publicadas no órgão diocesano extraem-se alguns apontamentos particularmente curiosos. Assim, os 3 primeiros bispos nomeados nunca estiveram na sede diocesana, o 1.º porque era desembargador do Paço, o 2.º porque só queria ser cardeal. O 4.º bispo «promoveu o canto entre nós». O 5.º por ter medo da viagem marítima e ser míope também nunca veio à Madeira.

Alguns dos Bispos, acumularam com as «funções espirituais» os cargos de Governador e Capitão-General do Arquipélago, parecendo-nos que alguns, caso do D. Jerónimo Fernando (1618-1650) que perseguiu pessoalmente um navio argelino, seriam melhores capitães do Reino que «pastores do rebanho de Deus».

O Bispo Torres (1786-1796) «foi forçado a embarcar e a deixar a ilha, pela maçonaria, à qual tinha empreendido profunda oposição».

D. José Xavier Cerveira e Sousa, o 23.º bispo, não caiu nas graças do «bom povo de Deus» que lhe incendiou a residência e o «forçou a embarcar vestido de mulher».

Frei Moura (1859-1872) «foi nomeado bispo por ganhar uma partida de gamão ao 1.º Visconde de Vila Nova de Ourém, cujo prémio seria esse, no caso de este ser um dia, ministro, o que na verdade aconteceu».

controle
eficiente
rápido
seguro

Demonstrações, estudos e planificações
de controle sem compromisso:

PAPELARIA CONDESSA
SECÇÃO TÉCNICA